

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

2019 - 2022



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

2019 - 2022

Equipe Técnica de Coordenação e Elaboração do Relatório

Coordenação Técnica Geral

Letácio Tenório Guedes Júnior

Secretário Chefe da Controladoria Geral do Estado

Breno Wanderley César Segundo

Secretário Executivo da Controladoria Geral do Estado

Coordenação Técnica

Cláudia Marques de Sousa Toscano

Coordenadora Geral de Contabilidade do Estado

Flávio Murilo Monteiro Cavalcanti

Gerente Executivo de Conformidade, Integridade e Transparência

José de Araújo Agostinho

Gerente Operacional de Planejamento Orçamento e Finanças

José de Sousa Dantas

Gestor do Programa de Ajuste Fiscal

Júlio Cesar Lopes Serra

Coordenador da Assessoria Técnica-Normativa de Controle Interno

Mayara Maria de Pontes Silva Lima

Gerente de Administração e Tecnologia da Informação

Rafaella Teixeira

Assessora de Gabinete do Secretário Chefe

Rodolfo Emanuel Lima Serrano

Gerente Executivo de Auditoria

Valéria Rieiro

Chefe de Gabinete

Dezembro 2022

Sumário

Apresentação.....	3
Atividades Institucionais.....	5
Estrutura CGE.....	5
Fortalecimento Institucional.....	6
Atividades Finalísticas da CGE.....	12
Gerência Executiva de Auditoria - GEA.....	12
Gerência Executiva de Controle da Dívida e do Programa de Ajuste Fiscal do Estado - GPAF	17
Gerência de Conformidade, Integridade e Transparência – GECIT....	30
Coordenação Geral de Contabilidade do Estado – CGCE.....	32
Assessoria Técnico-Normativa e Controle Interno – ATNCI.....	35
Transparência, Integridade e Fomento ao Controle Social.....	37
Rankings/Avaliações.....	38
Chefia e Assessoria Gabinete.....	41
Atividades Institucionais Desenvolvidas pela CGE.....	44
Eventos e Treinamentos Realizados	44
Custos e Investimentos.....	51
Execução Orçamentária e Evolução – 2019 a 2022.....	51
Financiamentos de Ações Institucionais	53
Planejamento Estratégico CGE.....	54
Anexos	55

Apresentação

Apresentamos o relatório geral de atividades da Controladoria Geral do Estado da Paraíba referente ao período de 2019-2022, onde estão descritas as principais atividades realizadas e avanços institucionais alcançados pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo; e de Contabilidade do Estado da Paraíba.

Agradecemos todo apoio recebido do Governador João Azevêdo e de toda equipe da Gestão Fiscal do Estado - Secretarias de Estado da Administração, Fazenda, Planejamento e Procuradoria Geral do Estado -, que foi crucial para o fortalecimento da Controladoria Geral do Estado, seja na significativa melhoria de suas instalações a partir de sua nova sede - proporcionando condições dignas para os servidores desempenharem suas atividades -, na autorização para realização de concurso público para contratação de doze Auditores de Contas Públicas - que se encontra em fase adiantada para lançamento do edital -, e, no estabelecimento de marcos legais de regulamentação e reestruturação organizacional da sua estrutura administrativa.

Agradecemos especialmente ao maior e mais valioso “ATIVO” da Controladoria Geral do Estado que são seus servidores, que com ética, dedicação, zelo e profissionalismo constroem dia após dia uma instituição sólida voltada para sua missão institucional de: *“Assessorar, avaliar e monitorar as ações da administração pública estadual no cumprimento de seus objetivos e na adequação às disposições legais, promovendo a governança com foco no interesse da sociedade”*.

As ações desenvolvidas estão apresentadas em dois segmentos: áreas finalísticas – Coordenação Geral de Contabilidade do Estado; Gerência de Controle da Dívida e do Programa de Ajuste Fiscal; Gerência Executiva de Auditoria; e Gerência Executiva de Conformidade – e áreas meio, Chefia de

Gabinete e Gerências: Administrativa e da Tecnologia da Informação; e de Planejamento, Orçamento e Finanças.

Dentre as atividades registradas neste relatório, destacamos: a) atividade de auditoria interna englobando trabalhos de auditoria e consultoria nos órgãos da administração direta e indireta; b) atividade de avaliação de conformidade (compliance) – por amostragem - de contratos, licitações e convênios firmados pelo Poder Executivo Estadual; c) o acompanhamento de metas e compromissos estabelecidos no Programa de Ajuste Fiscal, assim como a gestão da dívida pública; d) atividades da Coordenação Geral de Contabilidade, com as publicações periódicas do Relatório da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, elaboração da Prestação de Contas do Governo; e e) as ações para o fortalecimento da transparência.

Importante destacar que os desafios impostos pela Pandemia da COVID-19 afetou todas as atividades desempenhadas - especialmente nos anos de 2020-2021 -, não nos deixando acomodados, pelo contrário, atuamos de forma efetiva no assessoramento da gestão, seja no processo de normatização das diversas normas editadas ao longo do período, na gestão de riscos, na interlocução com os órgãos de controle, no estabelecimento de controles preventivos, e, na parceria realizada com a Secretaria de Estado da Saúde para geração do modelo avaliação de risco do “Novo Normal” que disciplinou a retomada da atividade econômica no estado.

Finalizamos o presente relatório apresentando o “status” da execução do Planejamento Estratégico, revisado no último mês de outubro para o período 2022-2026.

LETÁCIO TENÓRIO GUEDES JÚNIOR

Secretário Chefe da Controladoria Geral do Estado

1 - Atividades Institucionais

1.1 - ESTRUTURA CGE

Em 03 de dezembro de 2021 – após 16 anos de sua criação -, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Decreto nº41.994, de 02 de dezembro de 2021, aprovando o Regimento Interno da CGE, um marco importantíssimo para o fortalecimento da nossa estrutura. O Regimento é um importante instrumento de gestão e autogestão, sendo o guia para funcionamento do órgão, através da formalização das competências de cada setor e cargo, evitando superposições e ambiguidades referentes as atribuições das unidades setoriais.

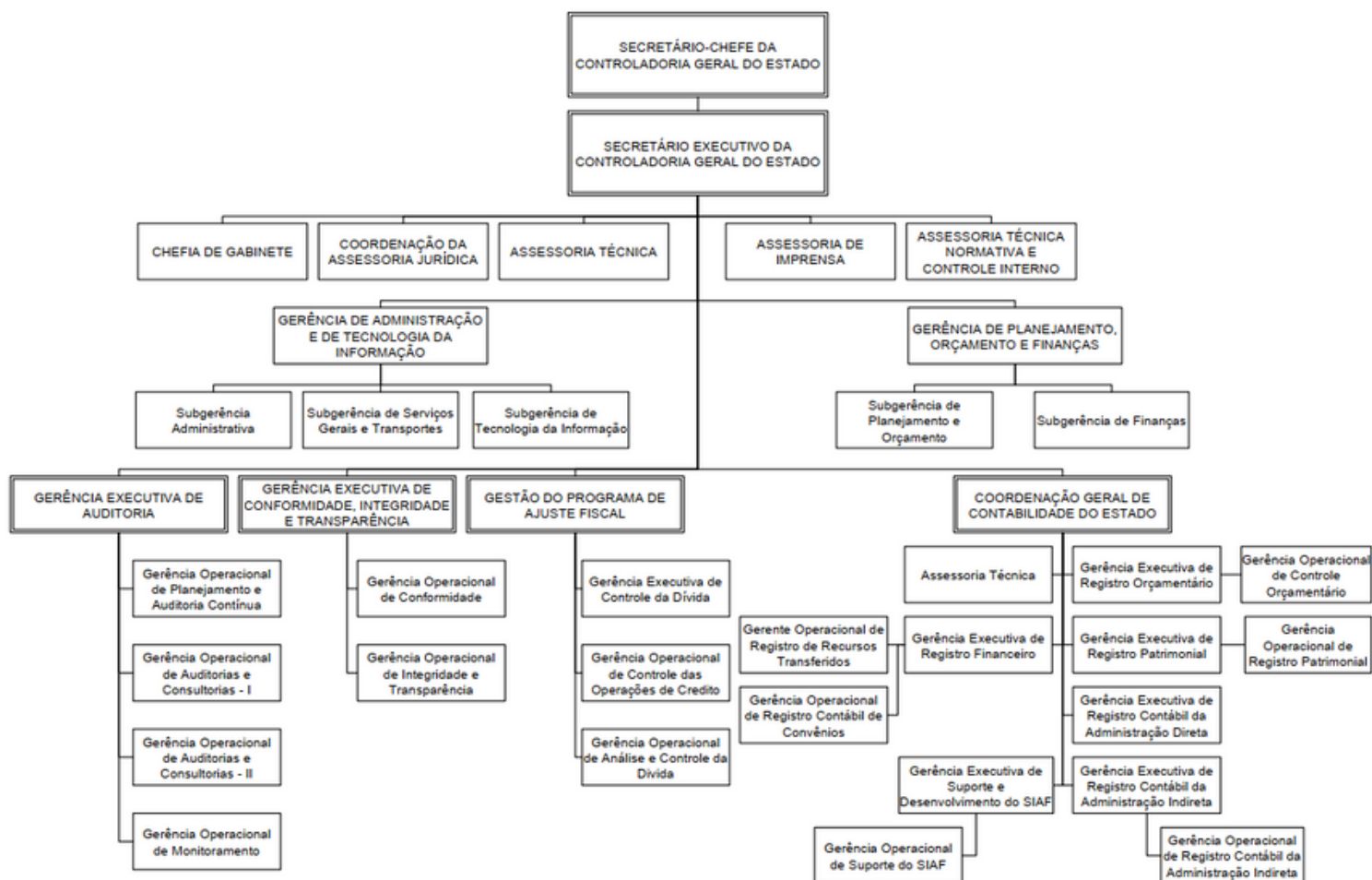
O Regimento ainda consolidou alterações referentes à criação de cargos, extinção e alteração de nomenclaturas trazidas pela Lei nº11.784, de 02 de outubro de 2020, e pela Lei nº11.830, de 30 de janeiro de 2021. Dentre as principais mudanças, lista-se:

1. Redução do número total de cargos passando de 80 para 75 postos;
2. Redução dos cargos da simbologia CSE-4 de 25 para 20;
3. Na área da Contabilidade: Realizada transformação (nomenclatura e simbologia) do cargo de Contador(a) Geral do Estado, CGS-1, para Coordenador(a) Geral de Contabilidade do Estado, CAD-1. Criação de Assessoria Técnica, CAD-4, e Criação da Gerência Operacional de Registro Patrimonial, CGF-2;
4. Na área da Dívida: Criada a Gerência Executiva de Controle da Dívida, CGF-1;
5. Na área da Auditoria: Alterações de nomenclaturas dos cargos e realocação de gerências operacionais. A Gerência Executiva de Conformidade passou a incorporar atividades de Transparência e Integridade, passando de uma para duas gerências operacionais, alterações sem mudança de simbologia.

Nomenclaturas dos cargos da Auditoria por Gerências:

CARGOS GEA	CARGOS GECIT
Gerência Executiva de Auditoria, CGF-1	Gerência Executiva de Conformidade, Integridade e Transparência, CGF-1
Gerência Operacional de Planejamento e Auditoria Contínua, CGF-2	Gerência Operacional de Conformidade, CGF-2
Gerência Operacional de Auditorias e Consultorias – I, CGF-2	Gerência Operacional de Integridade e Transparência, CGF-2
Gerência Operacional de Auditorias e Consultorias – II, CGF-2	
Gerente Operacional de Monitoramento, CGF-2	

ORGANOGRAMA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA



Fonte: Lei nº 11.830, de 05 de Janeiro de 2021, Anexo III

Com a instituição do Programa de Teletrabalho nos órgãos do Governo do Estado, por meio do Decreto nº 41.700/21, a CGE implementou e disciplinou o teletrabalho híbrido no órgão, através da Portaria GSC/CGE nº 003, de 12 de abril de 2022.

Ainda visando o fortalecimento do quadro de Auditores de Contas Públicas que teve o último concurso no ano de 2007, em 15 de junho de 2022 foi publicado o Ato Governamental nº 1.334, formando a Comissão Organizadora do Concurso Público para provimento de cargos efetivos na área da auditoria, que terá vagas por área, com foco na tecnologia da informação - acompanhando o processo de transformação digital que vive a sociedade em todo planeta.

1.2 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Em dezembro de 2020, com o intuito de oferecer condições adequadas de trabalho aos seus servidores, a CGE iniciou suas atividades em nova sede na Av. Epitácio Pessoa, 1498, Torre, Edifício Makadesh Mall, 2º andar, a partir da formalização do Contrato de Locação nº 003/2020/SEAD, contrato sob medida (built to suit), onde o locador realizou todas as adaptações solicitadas para o início do funcionamento da secretaria, uma locação conjunta para sediar CGE e PGE, que resultou também na redução de custos com vigilância, limpeza, manutenção, dentre outros.

O pavimento utilizado pela CGE possui 850 m², um acréscimo de aproximadamente 360 m² em relação a sede antiga localizada na av. Rio Grande do Sul, Bairro dos Estados. Com a nova estrutura foi possível deixar para trás problemas como: vazamentos, mofo, infiltrações, salas pequenas, problemas elétricos e hidráulicos, falta de acessibilidade, falta de saídas de emergências, prevenção e combate a incêndios e etc.

Entretanto a CGE almeja sede própria e definitiva, que será alcançada com a reforma do prédio do Governo do Estado, localizado também na Av. Epitácio Pessoa (antigo prédio que funcionava o banco PARAIBAN).

O layout da Controladoria já se encontra aprovado, e os procedimentos licitatórios para a reforma estão sob responsabilidade da SUPLAN, havendo uma expectativa de que até 2025 a reforma deverá estar concluída.

Seguem fotos da sede antiga e sede atual:

Prédio sede antiga CGE - Av. Rio Grande do Sul, 1280, Bairro dos Estados



Figura 1: Acesso GPOF/GPAF



Figura 2: Corredor Lateral



Figura 3: Adaptações - Instalações de Ar Condicionado

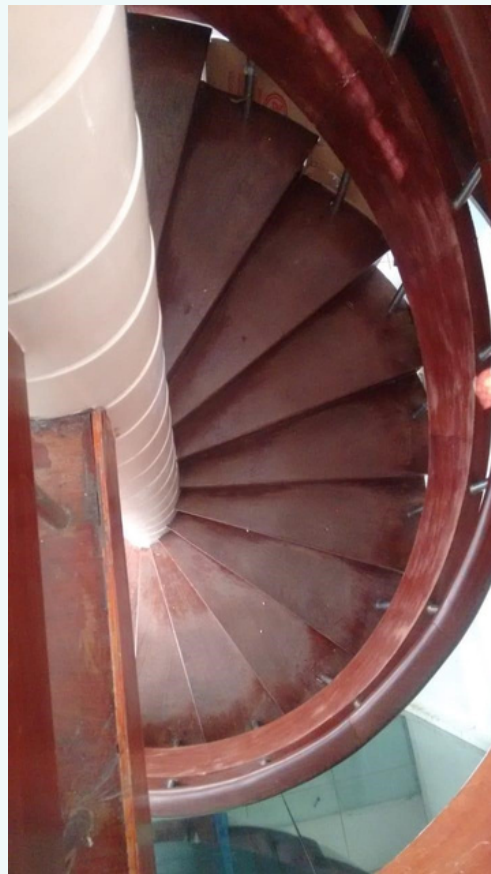


Figura 6: Acesso ao pavimento superior - às salas Contadoria-Auditoria



Figura 4: Parede com mofo



Figura 5: Parede com infiltração

Nova sede CGE - Av. Epitácio Pessoa, 1498, Torre, Edifício Makadesh Mall, 2º andar



Figura 7: Acesso Principal



Figura 8: Recepção



Figura 9: Sala Auditores



Figura 10: Sala Contabilidade



Figura 11: Copa/Refeitório

2 - Atividades Finalísticas da CGE

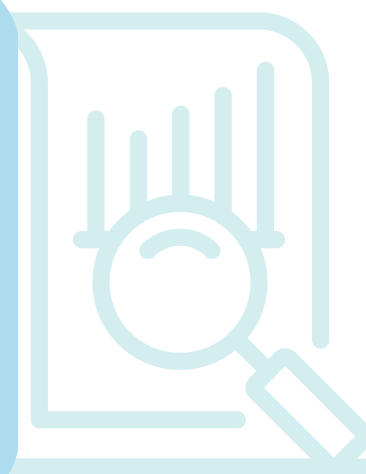
2.1 - GERÊNCIA EXECUTIVA DE AUDITORIA – GEA

2.1.1 - ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

A atividade de Auditoria Interna Governamental no Brasil passou ao longo dos últimos 7 anos por um processo de alinhamento com as normas e melhores práticas internacionais, o que resultou na quebra de paradigmas que promoveram uma mudança significativa na atuação dos auditores internos do setor público.

O Estado da Paraíba saiu na frente nesse processo, acompanhando e participando de forma efetiva dessa jornada, que requereu uma mudança da cultura organizacional quanto ao papel da auditoria, hoje refletido na missão e visão da Controladoria Geral do Estado.

Como resultado que colhemos, hoje a CGE Paraíba coordena nacionalmente a Câmara Técnica de Auditoria do Conselho Nacional de Controle Interno que auxilia os estados na implementação do Modelo de Capacidade da Auditoria Interna para o Setor Público (Internal Audit Capability Model (IA-CM) for the Public Sector), padrão referencial mundial da atividade.



A seguir relacionamos os principais eventos com a participação da GEA no período de 2019-2022.

2019

- ▶ 2ª Semana Estadual de Controle Interno da Paraíba (Controladoria Geral do Estado da Paraíba): (1) Workshop: Atendimento de recomendações de auditoria (2) Workshop: Procedimento para retenção de impostos (3) Palestra: Planejamento da contratação (4) Workshop: Elaboração de termo de referência e aspectos mais importantes (5) Workshop: Definição do objeto nos aditivos contratuais (6) A Lei do sistema integrado do controle interno do estado da Paraíba: Aspectos jurídicos e práticos;
- ▶ 2º Seminário de Controle e Auditoria Interna na Administração Pública (Tribunal de Contas do Estado da Paraíba): Construção de Plano de Auditoria Interna.

2021

- ▶ Ciclo de Palestras CGE: (1) Gestão de Riscos - Abordagem Simplificada (2) Modelo de Unidades Setoriais do Controle Interno (3) Lei Geral de Proteção Dados (LGPD) Regulamentada no Estado da PB - Próximos Passos.

2022

- ▶ 3ª Semana Estadual de Controle Interno da Paraíba (Controladoria Geral do Estado da Paraíba): (1) LGPD - O que os órgãos precisam saber? (2) Procedimentos SISAC;
- ▶ Seminário IA-CM & Auditoria Interna (Controladoria Geral do Estado de Goiás): IA-CM e Processo de Validação da CGE/MG;
- ▶ Webinar: vamos falar de auditoria? (Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais): IA-CM e Processo de Validação da CGE/MG;
- ▶ 3º Seminário de Controle e Auditoria Interna na Administração Pública (Tribunal de Contas do Estado da Paraíba): Boas práticas de governança para estruturação das recomendações do Programa Nacional de Combate à Corrupção – PNPC;
- ▶ Bom Dia Controle Interno (Focco/PB): Processo de Auditoria Interna.

2.1.2 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS E CÂMARAS TÉCNICAS

- ▶ 2019-2022: Participação das Reuniões Técnicas do Conaci e nos Encontros Nacionais de Controle Interno;
- ▶ 2019: Participação no 39º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (IIA Brasil);
- ▶ 2020: Participação no 40º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (IIA Brasil);
- ▶ 2020-2022: Validação da Auditoria Interna das Controladorias de Pernambuco (2020), Goiás e Minas Gerais (2022) no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) para o Setor Público;
- ▶ 2022: Palestrante no Seminário IA-CM & Auditoria Interna promovido pela Controladoria Geral do Estado de Goiás. Palestra: IA-CM e Processo de Validação da CGE/GO;
- ▶ 2022: Palestrante no Webinar: "vamos falar de auditoria?" promovido pela Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais. Palestra: IA-CM e Processo de Validação da CGE/MG;
- ▶ 2022: Coordenação da Câmara Técnica de Auditoria e IA-CM: CGE coordena a Câmara composta por 22 participantes: CGU, DF, 11 Estados e 9 Municípios;
- ▶ 2022: Participação na Câmara Técnica da LGPD.

2.1.3 - ATIVIDADES FINALÍSTICAS

A. Auditoria Interna (GEA)

Estrutura de Pessoal Atual

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Gerente Executivo de Auditoria	1
Gerentes Operacionais de Auditoria e Consultoria	2
Gerente Operacional de Monitoramento	1
Gerente Operacional de Planejamento e Auditoria Contínua	1
Audidores	18

Atividades 2019-2022

ATIVIDADES	2019	2020	2021	2022
Auditoria de Conformidade	9	1	4	5
Auditoria Operacional	2	0	0	0
Consultoria	9	13	9	9
Inspeção	2	2	5	2
Monitoramento	60	19	12	12
Acompanhamento	24	11	25	16

Adesão ao Modelo de Capacidade da Auditoria Interna para o Setor Público (Internal Audit Capability Model (IA-CM) for the Public Sector - Institute of Internal Auditors).

A CGE está posicionada no Nível 1 (Inicial) do Modelo, possuindo atualmente 47% das atividades essenciais do Nível 2 (Infraestrutura) institucionalizadas, tendo firmado compromisso com o Banco Mundial – que patrocina a adesão dos estados brasileiros ao padrão – de alcançar o Nível 2 até junho de 2023 e o Nível 3 até o final de 2024.

2.1.4 - DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO

Desafios:

- Capacitar permanentemente o quadro de auditores, especialmente, para técnicas de auditoria assistidas por computador (TAAC);
- Adesão ao nível 3 do IA-CM;
- Colaborar com o planejamento estratégico da CGE;
- Fortalecer a comunicação dentro da atividade de auditoria interna;
- Desenvolver a comunicação e o relacionamento com os auditados;
- Retomar o reporte ao Comitê de Auditoria e Riscos do Poder Executivo do Estado da Paraíba;
- Agilizar o processo de entregas na execução dos trabalhos de auditoria, de forma a comunicar tempestivamente.

Visão de Futuro:

- Agregar valor aos processos de governança, gestão de riscos e controles do Governo do Estado da Paraíba;
- A contribuição para o atingimento dos objetivos do Planejamento Estratégico desta Controladoria;
- A aderência da auditoria com o Nível 3 (Integrated) do Internal Audit Capability Model (IA-CM) for the Public Sector.

2.1.5 - OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GEA

Apoio no Desenvolvimento de Sistemas Informatizados

- ✓ 2019-2022 SISAC – Sistema de Avaliação de Conformidade
- ✓ 2019-2022: SEAD – Novo Sistema de Folha de Pagamentos do Governo do Estado
- ✓ 2020-2022: PBCONV – Sistema de Convênios do Estado da Paraíba
- ✓ 2020: PBD0C – Sistema de Protocolo da Paraíba
- ✓ 2022: SIAFIC – Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle
- ✓ 2022: SADRI - Sistema Análise e Detecção Riscos Fornecedores

Participação em Comissões/Fóruns/Comitês/Grupo de Trabalho

- ✓ 2019-2022: Comitê de Auditoria e Riscos do Poder Executivo do Estado da Paraíba
- ✓ 2019-2022: Participação de Conselhos Fiscais das Empresas Estatais
- ✓ 2019-2021: SEAD – Comitê Novo Sistema da Folha de Pagamentos do Governo do Estado
- ✓ 2019-2022: Comitê de Planejamento Estratégico da CGE
- ✓ 2019-2022: Grupo de Trabalho de Controle Interno do FOCCO
- ✓ 2020: Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção do FOCCO
- ✓ 2020-2022: Grupo de Trabalho de Transformação Digital

- ✓ 2021-2022: Comitê Executivo de Proteção de Dados Pessoais
- ✓ 2021-2022: Comissão de Avaliação de Precatórios
- ✓ 2022: Grupo de Trabalho de Obras Públicas do FOCCO
- ✓ 2022: Comissão de Concurso de Auditores de Contas Públicas do Estado da Paraíba
- ✓ 2020-2022: Apoio na execução do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (TCU), no âmbito do Governo do Estado da Paraíba

Visitas Técnicas

- ✓ 2021: Sistema de Administração Penitenciária do Estado do Maranhão
- ✓ 2022: Sistema de Administração Penitenciária do Estado de Goiás

Campanhas

- ✓ 2021: Campanha IIA May Brasil 2021 - Mês de Conscientização da Auditoria Interna

2.2 - GERÊNCIA EXECUTIVA DE CONTROLE DA DÍVIDA E DO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL DO ESTADO - GPAF

2.2.1 - ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

A Gerência do Programa de Ajuste Fiscal - GPAF tem por competência acompanhar, analisar e avaliar as informações contábeis e fiscais do Estado, para efeito de revisão, ajuste, monitoramento, controle e elaboração de relatórios sobre o Programa de Ajuste Fiscal – PAF, abrangendo também as operações de crédito, assunção de dívidas e parcelamento de débitos fiscais e previdenciários.

O PAF tem por objetivo o estabelecimento de metas e compromissos, de forma a manter o Estado em equilíbrio financeiro-fiscal, para manter ou melhorar a capacidade de pagamento, de maneira a ser possível a

contratação de Operações de Crédito; e demonstrar os esforços do estado para manter o equilíbrio fiscal.

Em 2019, 2020 e 2021 o Estado revisou e assinou o PAF, tendo cumprido as metas estabelecidas conforme avaliação pela STN que atestou a ADIMPLÊNCIA DO ESTADO. As principais metas estabelecidas foram o endividamento em relação a Receita Corrente Líquida – RCL e o Resultado Primário, além da arrecadação própria, despesas com pessoal, disponibilidade de caixa e gestão pública.

Em 31/12/2021, foi assinado o 13º Termo Aditivo ao contrato nº 013/98 STN/COAFI, entre a União e o Estado, que permitiu o alongamento por 20 anos das dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, bem como a regularização da inadimplência com o teto de gastos e a CONVERSÃO do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal em Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PAF3), instituído pela LC nº 178/2021, com autorização pela Lei Estadual nº 12.095, de 19/10/2021, já assinado pelo Governador em 31/10/2022.

As metas estabelecidas no PAF 3 são:



A serem consideradas a partir de 2022. Esses indicadores vêm sendo monitorados e evidenciam resultados que apontam para o seu cumprimento.

Um resumo do desempenho do PAF entre os anos de 2018 até outubro de 2022, pode ser visualizado no Quadro 1.

Quadro 1 - Desempenho do PAF

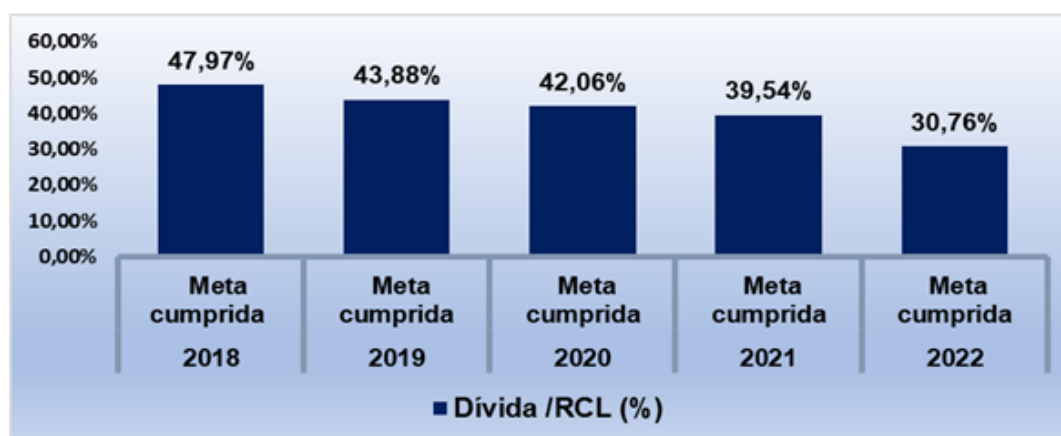
INDICADOR	2018	2019	2020	2021	2022 (*)
Cumprimento das metas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Dívida Consolidada /RCL (%)	47,97%	43,88%	42,06%	39,54%	30,76%
Resultado Primário (R\$ milhões)	239	878	1.493	1.985	1.525
Espaço Fiscal (R\$ milhões)	734,6	923,5	767,4	819,6	1.355,0
Capacidade de Pagamento – CAPAG	B	B	A	A	A
Rating **(Nota)			AA+	AA+	AA+

Como pode ser observado no Quadro 1, para todos os anos, as metas do PAF foram cumpridas.

Até outubro/2022 indica o comprometimento da RCL de 30,76% em relação à Dívida Consolidada. Em termos absolutos, corresponde aos montantes de: R\$ 4.747.253.687,08 / R\$ 15.435.644.952,01.

O Gráfico 1 apresenta a evolução da Dívida Consolidada em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) em termos percentuais. Observando o Gráfico 1, é perceptível que o percentual da Dívida Consolidada em relação à Receita Corrente Líquida vem sendo reduzido, em função da amortização das dívidas do Estado nos prazos estabelecidos.

Gráfico 1 – Evolução da Dívida Consolidada / Receita Corrente Líquida (%) – (2018- out.2022)



Notas: Espaço Fiscal é o valor limite disponível para contratação de operações de crédito, válido para cada exercício financeiro.

RCL – Receita Corrente Líquida.

(*) Posição em out/2022.

(**) Standard & Poors

Por sua vez, o Gráfico 2 expressa a evolução do resultado primário do estado da Paraíba para os anos de 2018 até outubro de 2022.

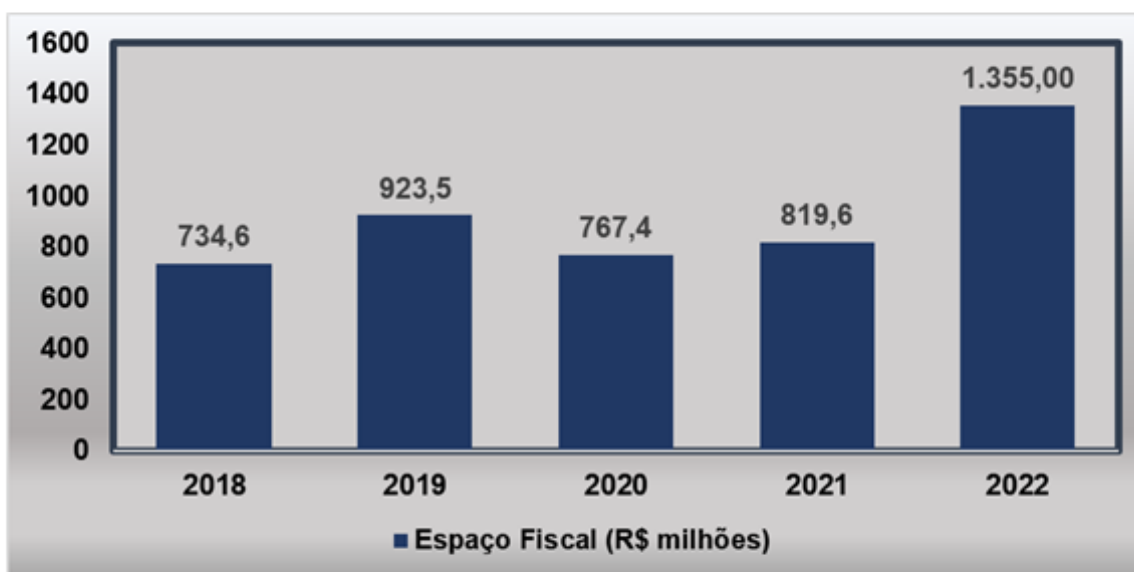
Gráfico 2 – Evolução do Resultado Primário em R\$ milhões (2018-out.2022)



Percebe-se o substancial crescimento do resultado primário nos anos de 2019, 2020 e 2021, quando comparado com o ano de 2018. A diminuição do resultado primário no ano de 2022, quando se compara com o ano de 2021, em parte, pode ser explicada pela queda na arrecadação do ICMS, em decorrência da Lei Complementar 194, de 2022, que limita a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. Sabe-se que o ICMS é responsável por boa parte da arrecadação própria dos entes subnacionais, e no estado da Paraíba isso não é diferente. Conforme o Confaz, para o ano de 2022, o ICMS representa 90,04% da arrecadação de tributos do estado da Paraíba, frente a 7,52 do IPVA e 0,9% do ITCD.

O gráfico 3 apresenta a evolução do espaço fiscal entre o período de 2018 e outubro de 2022.

**Gráfico 3 – Evolução do Espaço Fiscal do estado da Paraíba, em R\$ milhões
(2018-out.2022)**



Ao analisar o gráfico 3, percebe-se um crescimento substancial do espaço fiscal, de modo que, em 2022, atinge R\$ 1.355 milhões, ao passo que em 2018, era de apenas R\$ 734,6 milhões. O espaço fiscal é um indicador importante, visto que ele demonstra o valor limite disponível para contratação de operações de crédito, válido para cada exercício financeiro.

De posse da compreensão do desempenho de alguns dos indicadores do PAF, na seção subsequente é feita uma explanação sobre a Capacidade de Pagamento do estado, bem como, posteriormente, será abordado acerca das operações de crédito contratadas e liberadas.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO – CAPAG

A capacidade de pagamento do Estado foi realizada considerando as seguintes variáveis: dívida consolidada bruta, receita corrente líquida, despesa corrente empenhada, receita corrente ajustada, obrigações financeiras de recursos não vinculados e disponibilidade de caixa bruta de recursos não vinculados.

A partir de 2022, serão consideradas as variáveis acima mencionadas, observando os critérios estabelecidos pela Portaria ME nº 5.623, de 22/06/2022.

A CAPAG é realizada com base nas informações contábeis e fiscais de até três anos consecutivos imediatamente anteriores. O Quadro 2 mostra a Capacidade de Pagamento para o ano de 2021.

Quadro 2 -Capacidade de Pagamento – CAPAG 2021

INDICADORES	PARÂMETRO	SINALIZAÇÃO CAPAG
ENDIVIDAMENTO (DC)*	DC = DIVIDA CONSOLIDADA BRUTA / RECEITA CORRENTE LIQUIDA	A
	DIVIDA CONSOLIDADA BRUTA	
	RECEITAS CORRENTES LIQUIDA	
INDICADORES	PARÂMETRO	SINALIZAÇÃO CAPAG
POUPANÇA CORRENTE (PC)**	PC = DESPESAS CORRENTES / RECEITAS CORRENTES AJUSTADAS	A
	DESPESAS CORRENTES	
	RECEITAS CORRENTES AJUSTADAS	
INDICADORES	PARÂMETRO	SINALIZAÇÃO CAPAG
INDICE DE LIQUIDEZ (IL)***	IL = OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS / DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	A
	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (RECURSOS NÃO VINCULADOS)	

O Estado da Paraíba alcançou em 2020 e 2021 o rating “A”, nota máxima da Capacidade de Pagamento (CAPAG), calculada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e conquistou o rating AA+ na análise da Standard & Poors, a melhor nota de gestão para os entes subnacionais, renovada em 2022 em relação às contas de 2021, fruto de uma gestão fiscal equilibrada. A CAPAG de 2022 será feita em 2023 com base nas informações de 2020, 2021 e 2022.

Nota: * Proveniente do Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

** Advindo do Demonstrativo de Contas Anuais – DCA (ANEXO I-C e ANEXO I-D).

***A partir do Anexo 5 do RGF – Demonstrativo da disponibilidade de caixa e restos a pagar, apenas os Recursos Não Vinculados.

2.2.2 - ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Operações de Crédito contratadas por credor

Entre os exercícios de 2019 a 2022 houve contratação de quatro operações de créditos com organismos internacionais, sendo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, nos valores, respectivamente, de US\$ 38.412.000,00, para o Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Paraíba – PROFISCO II PB e no valor de US\$ 45.197.310,00 para o Programa de Fortalecimento do Modelo de Atenção na Rede de Saúde da Paraíba – AMAR, e, com o Banco Mundial, nos valores, respectivamente, de US\$ 50.000.000,00 para o COOPERAR III e US\$ 126.886.000,00 para Projeto de Segurança Hídrica da Paraíba – PSH.

Com o BNDES foi assinado contrato em 15/09/2022 no valor de R\$ 150 milhões para ampliação da infraestrutura do Estado.

Quadro 3 - Empréstimos contratados entre 2019 e 2022

PROGRAMA	EMPRÉSTIMO	ASSINATURA	CREDOR	MOEDA (*)	CONTRATADO	VALOR EM R\$
Cooperar III	Externo	15/05/2019	BIRD	US\$	50.000.000,00	279.025.000,00
Projeto Amar – Saúde	Externo	20/11/2020	BID	US\$	45.197.310,00	252.223.588,46
Projeto Segurança Hídrica – PSH	Externo	01/12/2020	BIRD	US\$	126.886.000,00	708.087.323,00
PROFISCO II	Externo	13/12/2021	BID	US\$	38.412.000,00	214.358.166,00
Ampliação da Infraestrutura	Interno	15/09/2022	BNDES	R\$	-	150.000.000,00
TOTAL	-	-	-	-	-	1.603.694.077,46

O Gráfico 4 apresenta os empréstimos contratados entre 2018 até outubro de 2022 por parte do estado da Paraíba.

Nota: Considerando 1 US\$ = R\$ 5,5805 (cotação de 31/12/2021)

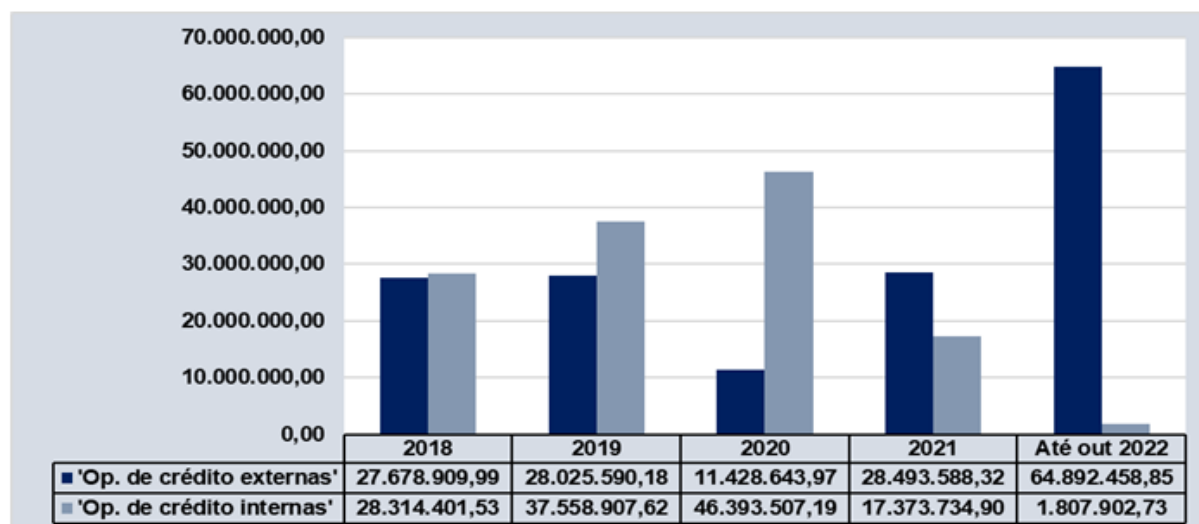
Gráfico 4 - Empréstimos contratados entre 2018 e 2022



Adicionalmente, cabe mencionar que, em 2021 foi refinanciada a dívida da Lei nº 9.496 por mais 20 anos com vencimento em março de 2048, ao amparo da LC nº 178/2021.

Em 2022 iniciamos as providências iniciais referentes às operações de crédito em negociação junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).

Gráfico 5 – Liberações de operações de crédito (2018-2022)



O Gráfico 5 apresenta um resumo das liberações de operações de crédito por ano e divididas nas categorias internas e externas.

O Quadro 4 apresenta mais detalhes acerca das liberações de operações de crédito, decompondo com contratos.

Quadro 4 - Liberações de Operações de Crédito

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO		2018	2019	2020	2021	Até out 2022
INTERNAS	TOTAL	28.314.401,53	37.558.907,62	46.393.507,19	17.373.734,90	1.807.902,73
PRO SANEAMENTO		332.560,90	-	-	-	-
PAC I		-	-	-	249.999,49	-
PAC II		2.581.390,20	13.299.032,36	13.847.331,60	9.207.218,03	1.128.785,71
CPAC		928.417,65	24.259.875,26	13.837.954,52	7.916.517,38	679.117,02
PB SUSTENTÁVEL		14.778.480,04	-	12.223.047,13	-	-
PRO INVESTE		9.693.552,74	-	6.485.173,94	-	-
EXTERNAS	TOTAL	27.678.909,99	28.025.590,18	11.428.643,97	28.493.588,32	64.892.458,85
PROFISCO		2.378.795,09	-	-	-	-
PROCASE		25.300.114,90	23.025.590,18	6.100.362,04	138,89	-
COOPERAR II		-	-	-	-	-
COOPERAR III		-	5.000.000,00	5.328.281,93	16.357.049,43	54.892.458,85
AMAR		-	-	-	2.136.400,00	-
PSH		-	-	-	10.000.000,00	10.000.000,00
TOTAL		55.993.311,52	65.584.497,80	57.822.151,16	45.867.323,22	66.700.361,58

Quadro 5 - Serviço da dívida

ANO	PRINCIPAL	JUROS	TOTAL
2018	213.806.831,33	137.567.845,12	351.374.676,45
2019	179.431.212,45	142.351.481,78	321.782.694,23
2020*	99.348.538,11	59.947.885,85	159.296.423,96
2021	180.804.855,53	122.315.769,10	303.120.624,63
2022**	180.838.723,83	119.832.795,83	300.671.519,66
TOTAL	854.230.161,25	582.015.777,68	1.436.245.938,93

Nota: * Em decorrência da Lei Complementar nº 173, 27 de maio de 2020, que instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (SARS-CoV-2), dentre outras medidas, houve a suspensão dos pagamentos devidos no exercício de 2020, incluindo principal e os encargos de operações de crédito interno. Nesse sentido, foi feita a suspensão dos pagamentos da Lei nº 9496, CAIXA e BNDES, de 1º de março a 31 de dezembro de 2020.

** Dados até outubro de 2022.

O Quadro 5 apresenta os valores do principal, juros e total dos serviços da dívida do estado para os anos de 2018 a outubro de 2022. Perceba que, na comparação com 2018, houve uma queda nos anos de 2021 e 2022. Adicionalmente, os gráficos 6 e 7 demonstram a dinâmica de evolução do serviço da dívida.

Gráfico 6 - Serviço da dívida em gráfico de barras

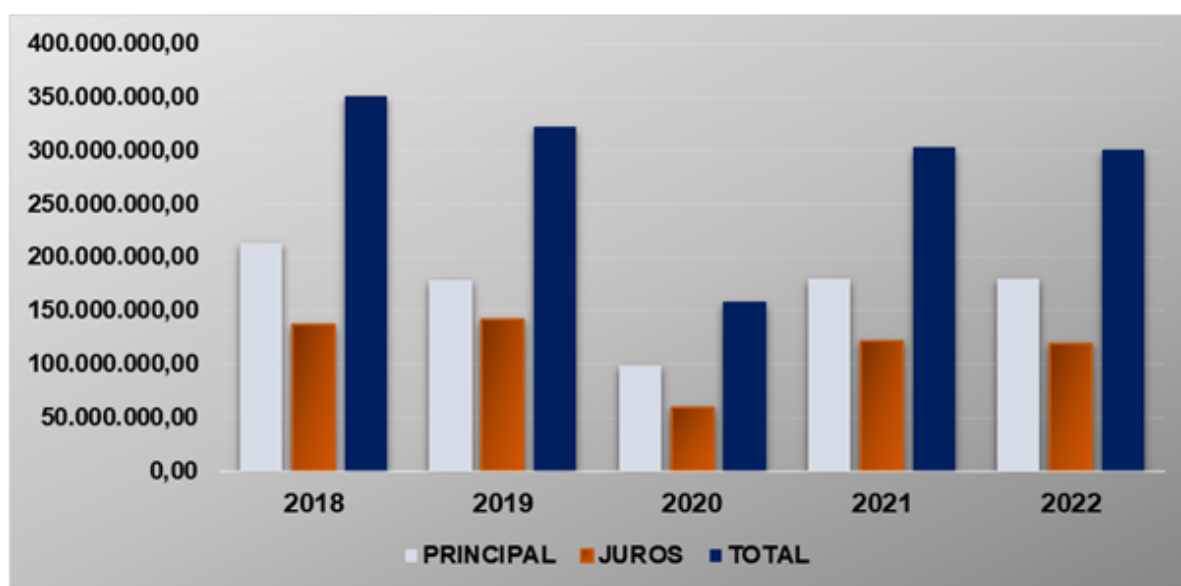
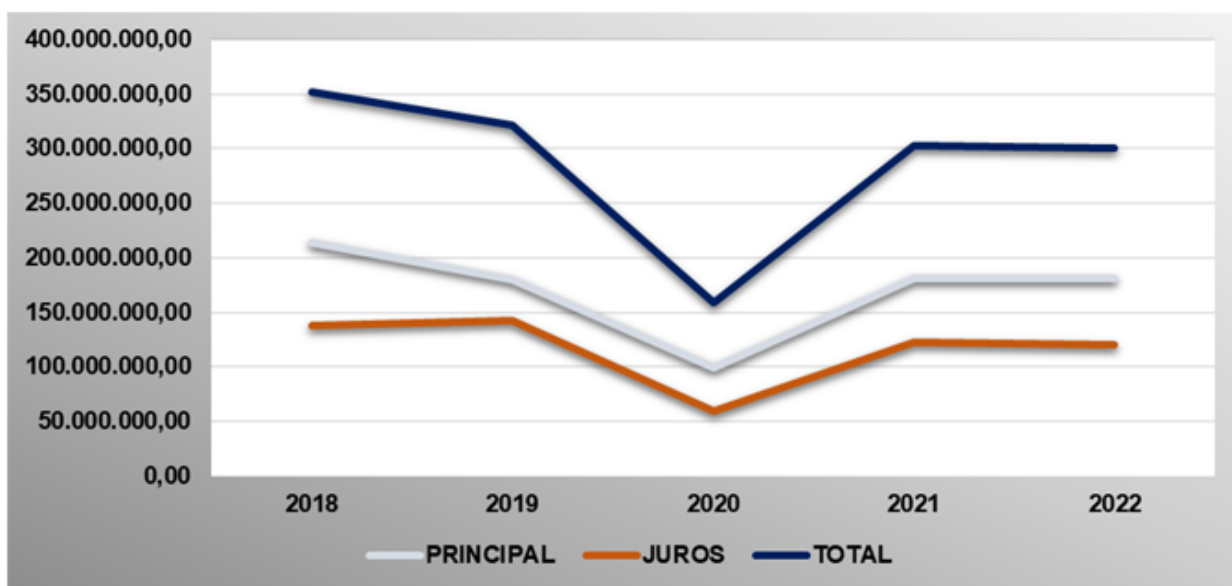


Gráfico 7- Serviço da dívida em gráfico de linhas



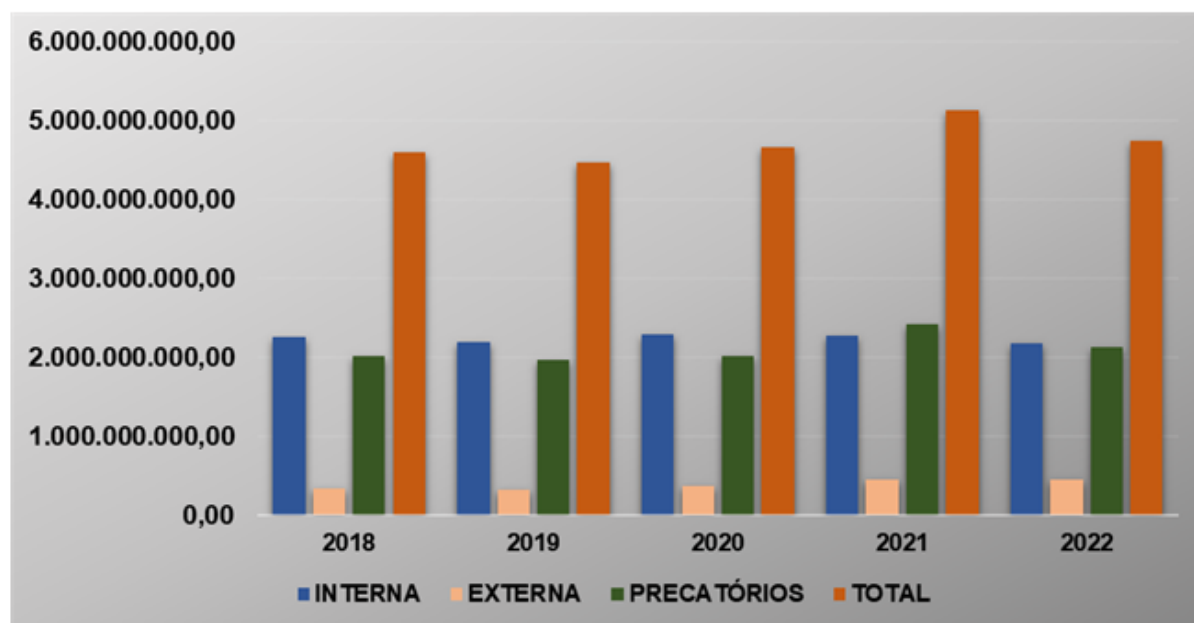
A respeito dos saldos das dívidas, o Quadro 6 apresenta os valores das dívidas interna, externa, total, bem como, o montante de precatórios para o período de 2018 a outubro de 2022.

Quadro 6 - Saldo das dívidas

ANO	INTERNA	EXTERNA	PRECATÓRIOS	TOTAL
2018	2.252.215.419,32	342.072.447,19	2.006.679.452,36	4.600.967.318,87
2019	2.188.763.296,98	323.166.393,46	1.960.442.267,04	4.472.371.957,48
2020	2.280.341.175,09	371.780.869,64	2.010.819.227,07	4.662.941.271,80
2021	2.271.807.579,22	451.760.397,28	2.409.809.928,31	5.133.377.904,81
2022*	2.175.985.297,40	445.766.242,62	2.125.502.147,06	4.747.253.687,08

O Gráfico 8, por sua vez, apresenta a dinâmica de evolução do saldo da dívida, para o período em análise.

Gráfico 8 - Saldo Devedor em gráfico de barras



A respeito do saldo da dívida em relação a Receita Corrente Líquida, cabe destacar que:

- A Dívida Financeira do Estado, até outubro 2022, totalizou R\$ 2.621,7 milhões;
- A relação Dívida Financeira/RCL alcançou 16,99% (posição de 31/10/2022).

Nota: * Dados até outubro de 2022.

Até outubro/2022 indica o comprometimento da RCL de 30,76% em relação à Dívida Consolidada (R\$ 4.747.253.687,08) / (R\$ 15.435.644.952,01), como já mencionado. Representando assim, uma queda expressiva do indicador, quando se compara com o ano de 2018, que tinha a Dívida/RCL: 47,97%.

Quanto ao estoque de Precatórios (R\$ 2.125.502.147,06), na posição de outubro/2022, representa 44,77% da dívida consolidada do Estado da Paraíba em 2022. Iniciamos em 2021 um trabalho com a Coordenação Técnica da Controladoria Geral do Estado, juntamente com a Procuradoria Geral do Estado e a Secretaria de Estado da Fazenda, para a revisão dos cálculos dos valores dos precatórios, com expectativa de redução dos valores cobrados.

MONITORAMENTO DA SITUAÇÃO DE REGULARIDADE DE ÓRGÃOS DO ESTADO

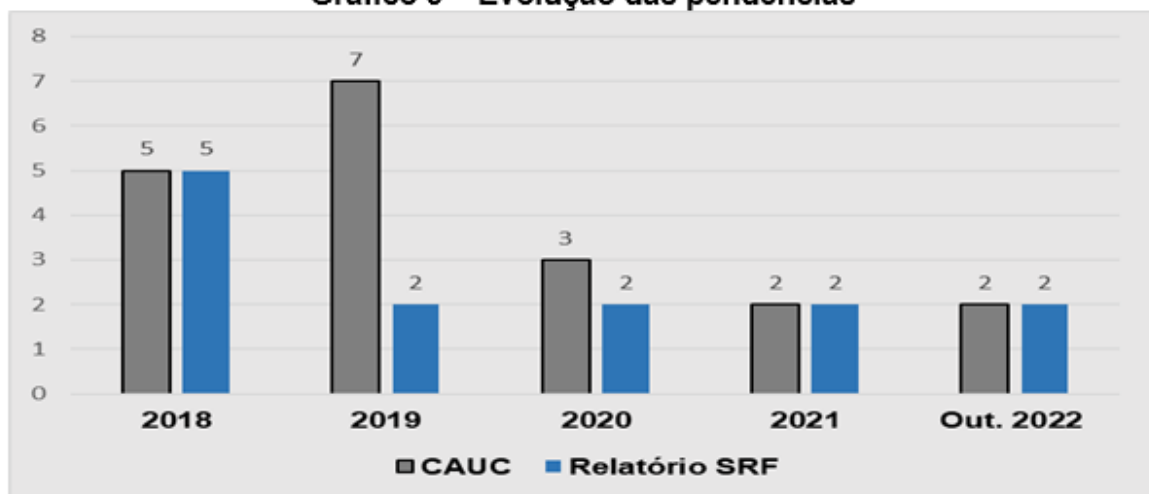
A GPAF também é responsável pelo monitoramento da Regularidade Fiscal do Estado da Paraíba, atuando para inibir de forma preventiva a ocorrência de fatos que levem a impossibilitar a emissão de certidões negativas. Essa atividade tem possibilitado a redução das pendências junto ao CAUC - Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais[1] e à Secretaria da Receita Federal.

O Quadro 7 apresenta um resumo das pendências – posição final de cada exercício - em termos de regularidade dos órgãos para os anos de 2018 até outubro de 2022. Também pode ser observada a evolução das pendências no Gráfico 9.

Quadro 7 – Pendências dos órgãos do estado da Paraíba (2018-out.2022)

PENDÊNCIAS	2018	2019	2020	2021	Out. 2022
CAUC	5	7	3	2	2
Relatório SRF	5	2	2	2	2
TOTAL	10	9	5	4	4

Gráfico 9 – Evolução das pendências



2.2.3 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- ▶ 2019 – Sediamos o Fórum de Regularidade Administrativo e Fiscal. O Fórum tem como objetivo acompanhar e contribuir para o bom desempenho do controle das obrigações fiscais e acessórias.
- ▶ 2021 - Workshop Gestão Dívida – Banco Mundial.
- ▶ 2019-2022 – Participação dos Técnicos no Grupos de Trabalho da Dívida e Regularidade Fiscal do GEFIN-COMSEFAZ.

2.2.4 - DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO

- Implementação-otimização do Sistema e Gestão da Dívida.
- Emissão periódica de Relatório com a Avaliação da Sustentabilidade da Dívida do Estado.
- Estabelecimento de uma política de capacitação continuada para os servidores-técnicos.

2.3 - GERÊNCIA DE CONFORMIDADE, INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA - GECIT

2.3.1 - ATIVIDADES INSTITUCIONAIS E FINALÍSTICAS

Com a reestruturação organizacional da CGE, a GECIT passou a desempenhar duas novas atividades vinculadas ao fomento de uma cultura de integridade e a coordenação-monitoramento das ações de transparência relacionadas diretamente ao Portal de Transparência do Poder Executivo. Atividades essas desempenhadas de forma coordenada e harmônica com os demais órgãos envolvidos diretamente com a temática da “Transparência”.

Importante também destacar as atividades de apoio à normatização no âmbito do Poder Executivo, especificamente quanto às regras de aquisições, convênios e parcerias.

As atividades específicas de avaliação de conformidade de contratos, convênios e licitações passa por um processo de reformulação que tem como objetivo principal direcionar a atividade para a orientação-aconselhamento, com foco na relevância/materialidade e exposição a risco. Em apoio a esse processo, encontra-se em fase final de implementação um novo sistema de avaliação de conformidade, que tem como desafio principal ser uma ferramenta de trabalho para a CGE e para os órgãos, de forma a comunicar objetivamente os pontos relevantes quanto a gestão de contratos, convênios e licitações, auxiliando os órgãos na gestão dos contratos.

Das atividades desempenhadas, destacamos:

- ✓ Avaliação primária da documentação mínima obrigatório de licitações, contratos e convênios, com foco na integridade dados-documentos disponibilizados pelo Portal Transparência.
- ✓ Avaliação de conformidade - por amostragem -, de contratos, convênios e licitações, a partir de uma lista de verificação objetiva.
- ✓ Avaliação de Termos de Execução Descentralizada - TED.
- ✓ Verificação de pedidos de anulação de reservas orçamentárias.
- ✓ Bloqueio-Desbloqueio de credores em função decisões judiciais e inadimplência.

EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES 2019 - 2022:

PROCESSOS	2019	2020	2021	2022
LICITAÇÕES	859	936	530	569
CONTRATOS E ADITIVOS (GECIT+ATNCI)	2786	4.091	5790	5804
CONVÊNIOS E ADITIVOS	656	1488	1363	1289

2.3.2 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Assessoramento aos órgãos e elaboração - revisão normativa

As atividades executadas pela GECIT têm como objetivo final o apoio a gestão, dentro dessa premissa a participação efetiva em reuniões com os órgãos vem sendo uma ação contínua e crescente que resulta no maior nível de atendimento às normas e regulamentos aplicáveis. Destacamos:

- ▶ Emissão de orientações-esclarecimentos via “WhatsApp”, “PBDOC”, “E-mail” e telefone.
- ▶ Participação em reuniões para acordar: formas contratações; riscos a serem mitigados; estratégias planejamento-aquisições, dentre outros.
- ▶ Assessoramento na elaboração de normas: Orientações Técnicas CGE; e Orientações Técnicas Conjuntas com SEAD e PGE.
- ▶ Participação Grupos de Trabalho com vistas a implementação da Nova Lei de Licitações.

A GECIT participou de forma efetiva ministrando palestras nas Semanas de Controle Interno e nos Seminários e Workshops realizados relacionados à nova Lei de Licitações e às Normas de Aquisição estabelecidas no período da Pandemia, dentre outros.

2.3.3 – DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO

Desafios:

- Agir de forma preventiva, comunicando tempestivamente.
- Aumento produtividade e Objetividade nas avaliações, observada a materialidade.
- Atualização das normas internas e manuais referentes à atividade de avaliação de conformidade.

- Promover a realização de reuniões técnicas com auditores e usuários dos órgãos para melhorar a compreensão das normas e o desempenho das atividades.
- Fomentar a inovação e mudança no corpo de auditores.
- Falta de visão sistêmica das normas por parte dos avaliadores, bem como desinteresse em se capacitar por conta própria.
- Melhorar a interação dos auditores com os órgãos.
- Promover cultura organizacional de capacitação de usuários para execução das atividades, especialmente para acompanhamento e fiscalização de contratos, bem como na aplicação de sanções.
- Continuidade e aprimoramento da interação da gerência com os órgãos proporcionada pelo ambiente virtual.

Visão de Futuro:

- Utilizar sistemas informatizados com uso de tecnologias de aprendizado de máquina e inteligência artificial, para automatização de testes de auditoria e comunicação com os órgãos.
- Otimização processos com eliminação dos gargalos.
- Auxiliar os órgãos no processo gerenciamento de riscos das aquisições.

2.4 - COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO - CGCE

2.4.1 - ATIVIDADES INSTITUCIONAIS E FINALÍSTICAS



A Coordenação Geral de Contabilidade do Estado, é responsável pelo levantamento das Demonstrações Contábeis Consolidadas e pela elaboração do Relatório Contábil da Administração Pública Estadual, parte componente da prestação de contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Paraíba, na forma do Balanço Geral do Estado – BGE.

O BGE é constituído dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, das Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, dos Anexos previstos na Lei nº 4.320/64, assim como das Notas Explicativas, com as diretrizes fixadas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de

2000 - LRF. O Relatório Contábil apresenta uma análise mais detalhada das informações contábeis e da gestão fiscal do Estado.

A CGCE é o setor da CGE responsável pela gestão compartilhada do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado da Paraíba (SIAF), sistema esse administrado pela CGE, SEFAZ e SEPLAG.

Dentre as principais atividades da CGCE e, conseqüentemente, os objetivos que devem ser alcançados, podemos citar:

- ✓ Registrar e manter controle de todos os atos e fatos orçamentários, financeiros e patrimoniais que ocorram no Estado, em conformidade com os normativos de contabilidade voltados ao setor público.
- ✓ Elaborar o Balanço Geral do Estado – BGE a partir da consolidação dos balancetes e das demonstrações contábeis, na forma da legislação.
- ✓ Consolidar a prestação de contas anual do Governador do Estado.
- ✓ Monitorar a escrituração das operações de crédito, concessões de avais e garantias realizadas pelo Governo do Estado.
- ✓ Manter colaboração técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, e com o Tribunal de Contas relativamente à troca de informações e de dados em nível contábil e de execução orçamentária, objetivando uma maior integração do Controle Interno com o Externo.
- ✓ Preparar relatórios que auxiliem os gestores no acompanhamento das obrigações constitucionais relacionadas ao percentual mínimo com Saúde e Educação.
- ✓ Alimentar o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação – SIOPE.
- ✓ Alimentar o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde – SIOPS.
- ✓ Preparar e enviar relatórios: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF); Declaração de Contas Anuais (DCA) e Matriz de Saldos Contábeis – MSC, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI. Buscar/aplicar a convergência com às práticas contábeis ao padrão internacional.
- ✓ Instrumentalizar e possibilitar o controle social por meio da devida transparência contábil, inclusive disponibilizando os Anexos e

Demonstrativos de todos os órgãos da Administração Indireta no Portal da Transparência do Governo do Estado.

O Estado obteve, nos últimos anos um BOM desempenho no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no SICONFI(STN). Em 2019, a Paraíba ficou em 3º lugar, em 2020 em 6º lugar, e em 2021 na 11ª posição, aumentando a pontuação a cada ano. Em 2019 atingimos 63,63 pontos, em 2020 fizemos 89,63 pontos e em 2021 alcançamos 94,75 pontos.

A queda verificada não reflete o declínio da qualidade da informação contábil, mas sim é o reflexo da competição entre os estados e da necessidade da harmonização de procedimentos entre o Poder Executivo e os demais poderes, de forma mantermos critérios padrões para geração de determinados relatórios-informações.

2.4.2 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Assessoramento aos órgãos e elaboração - revisão normativa

No período de 2019-2022, os servidores da CGCE participaram de diversos cursos, palestras, câmaras técnicas e eventos promovidos pela CGE, dentre eles, destacamos:

- ▶ EFD Reinf/Dctfweb.
- ▶ Seminário de Gestão de risco, compliance e proteção de dados na administração pública.
- ▶ Curso de Contabilidade e Orçamento Público: Teoria e Prática de acordo com as novas normas brasileiras de Contabilidade. Ênfase nas práticas do Estado da Paraíba.
- ▶ 25º Câmara Técnica de Normas Contábeis e Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF) – STN.
- ▶ Participação efetiva nos Grupos de Trabalho do GEFIN-COMSEFAZ, relacionados as temáticas contábeis.

2.4.3 – DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO

A Coordenação Geral de Contabilidade prevê os seguintes desafios do Estado, no âmbito da contabilidade pública- consequentemente nas atividades da CGC/CGE -, para os próximos exercícios:

- Conclusão da convergência e padronização da contabilidade do Estado com as Normas Internacionais (IPSAS).
- Implementação da Nova Versão do SIAF(SIAFIC), automatizando atividades-tarefas, fortalecendo integração entres os diversos sistemas corporativos do estado.
- Adequação dos registros contábeis às mudanças trazidas pelo e-Social no Setor Público.
- A devida valorização dos servidores da CGCE, em conformidade com os padrões estaduais/nacionais.
- A implementação do Sistema de Custos no Estado da Paraíba.

2.5 - ASSESSORIA TÉCNICO-NORMATIVA E CONTROLE INTERNO - ATNCI

2.5.1 - ATIVIDADES INSTITUCIONAIS E FINALÍSTICAS

Conforme o Decreto nº 41.994 de 02 de dezembro de 2021, que aprovou o Regimento Interno da Controladoria Geral do Estado, a Assessoria Técnico-Normativa e Controle Interno – ATNCI, é o setor de assessoramento direto da gestão, exercendo as atribuições de coordenação da Unidade Setorial de Controle Interno definida no art. 10 da Lei nº 11.264 de 29 de dezembro de 2018, como regulamenta o art. 12 do citado decreto.



Paralelo às atividades de assessoramento da gestão, a ATNCI avalia a conformidade das dispensas e inexigibilidades de licitações encaminhadas pelos órgãos do Poder Executivo. Os quantitativos de processos avaliados estão consolidados no quadro constante das atividades da GECIT (fls. 31).

O Decreto nº 41.994/21, possibilitou a adequação necessária da força de trabalho as atividades desempenhadas.

O quadro de servidores da ATNCI é composto de 04 (quatro) assessores jurídicos sendo: 01 (um) coordenador, 02 (dois) assistentes técnico-

normativo e controle interno e 01 (um) assistente jurídico. Todos com formação em direito e com ampla experiência profissional e de tempo de serviço na administração pública.

2.5.2 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Assessoramento aos órgãos e elaboração - revisão normativa

A ATNCI teve papel preponderante e altamente relevante durante a pandemia do COVID-19, atuando de forma preventiva-consultiva junto aos demais órgãos, mas também de forma célere e pontual nos pareceres emitidos, dando sua contribuição nesse momento difícil que todos passamos.

As orientações normativas relacionadas às aquisições por dispensa emergencial, tiveram a contribuição efetiva da ATNCI e da GECIT, atuando como “consultores-redatores” no processo de construção das normas.

No período de 2019-2022, os servidores da ATNCI participaram de cursos e palestras, dentre eles destacamos:

- ▶ Nova Lei de Licitações e Contratos.
- ▶ “Compliance” nas Compras Públicas.
- ▶ Seminário de Gestão de Riscos, Compliance e Proteção de Dados na Administração Pública.
- ▶ Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- ▶ Técnicas de Investigação e Tópicos Especiais da LAC.
- ▶ Dispensa e Inexigibilidade de Licitação – Cabimento, Instrução e os Contratos Decorrentes.
- ▶ Webinar: Orientação Normativa Conjunta PGE/SEAD/CGE Nº 001/2021.

2.5.3 – DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO

Os avanços do setor foram gradativos, acompanharam as mudanças dos sistemas e nos processos de trabalho, os avanços da tecnologia, o reconhecimento do serviço desenvolvido, dentre outros pontos importantes.

Os desafios da ATNCI estão intrinsecamente relacionados com o arcabouço normativo, legal e interpretativo existente, o que impõe uma educação continuada necessária para a realização dos trabalhos, no intuito de prestar sempre o seu mister com dignidade, zelo e qualidade.

2.6 - TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL

2.6.1 - ATIVIDADES INSTITUCIONAIS E FINALÍSTICAS

As atividades relacionadas à Transparência, Integridade e Fomento ao Controle Social são coordenadas pela Controladoria Geral do Estado, juntamente com os órgãos que participam diretamente nos processos afetados, seja a CODATA, SECOM, SEAD, SEPLAG, SEFAZ e PGE contando ainda com o apoio do Comitê Gestor Governança – CGG.

De forma a possibilitar uma ação coordenada e transversal, mantendo uma estrutura enxuta e eficaz, foi criado através do Decreto nº 42.317/22 o Grupo Técnico Gestor de Transparência, coordenado pela CGE, que tem como objetivo principal o de “...verificar confirmar e monitorar a regularidade, adequação e atualidade temporal das informações, dados e links do Portal da Transparência do Estado da Paraíba, assim como, recomendar e acompanhar a implementação das atualizações tecnológicas com vistas a facilitar o acesso do cidadão.”

As ações e tarefas diárias relacionadas à Transparência, Integridade e Fomento ao Controle Social no âmbito da Controladoria Geral do Estado, são realizadas pela GECIT - através da Gerência Operacional de Transparência e Integridade que passou a funcionar no início de 2022 –, pela Chefia de Gabinete que é responsável pelo monitoramento das respostas dos órgãos das demandas encaminhadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, e pela Assessoria do Secretário Chefe que gerencia a interlocução com as instituições que elaboram os rankings de transparência - juntamente com a GECIT -, assim como o acompanhamento das ações para o contínuo aprimoramento do Portal Transparência, e, monitoramento da integridade dos dados disponibilizados.



Um ponto a destacar é a melhora significativa do Estado da Paraíba nos rankings de transparência ao longo dos anos, conforme segue:



RANKINGS/AVALIAÇÕES

2019

Sem registro

2020

6ª posição - Escala Brasil Transparente - Avaliação 360 – EBT 2ª Edição – Disponível em: <https://mbt.cgu.gov.br/publico/home>

Ranking Geral	Localidade	UF	Nota	Varição
1	Ceará	CE	10,0	-
1	Espírito Santo	ES	10,0	-
1	Minas Gerais	MG	10,0	-
4	Paraná	PR	9,96	-
5	Mato Grosso do Sul	MS	9,93	-
6	Amapá	AP	9,83	-
6	Paraíba	PB	9,83	-

19ª posição - Ranking de Transparência no Combate à Covid-19 – Transparência Internacional - Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ranking/>

TRANSPARENCIA INTERNACIONAL

DENUNCIE APRENDA RANKING AVALIE QUEM SOMOS FAÇA UMA DOAÇÃO!

1º ESPÍRITO SANTO	100 pts	ÓTIMO
1º RONDÔNIA	100 pts	ÓTIMO
3º AMAPÁ	99 pts	ÓTIMO
3º MATO GROSSO DO SUL	99 pts	ÓTIMO
7º TOCANTINS	98 pts	ÓTIMO
8º DISTRITO FEDERAL	97 pts	ÓTIMO
9º MINAS GERAIS	96 pts	ÓTIMO
9º RIO GRANDE DO SUL	96 pts	ÓTIMO
11º PERNAMBUCO	93 pts	ÓTIMO
12º MARANHÃO	91 pts	ÓTIMO
13º PARANÁ	89 pts	ÓTIMO
14º GOIÁS	88 pts	ÓTIMO
15º AMAZONIAS	87 pts	ÓTIMO
15º BAHIA	87 pts	ÓTIMO
17º MATO GROSSO	83 pts	ÓTIMO
18º SÃO PAULO	82 pts	ÓTIMO
18º PARAÍBA	80 pts	ÓTIMO

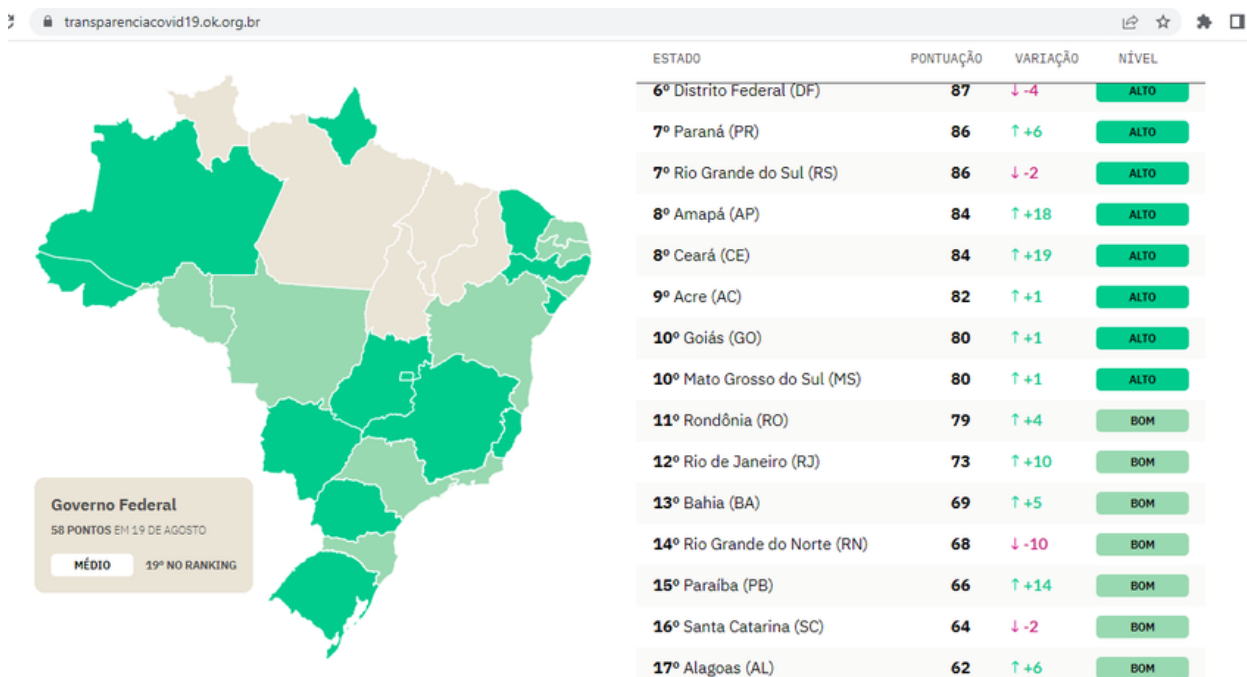
ÓTIMO 80-100 P.TS
BOA 60-79 P.TS
REGULAR 40-59 P.TS
RUIM 20-39 P.TS
PÉSSIMO 0-19 P.TS

01.SET.2020 GOVERNO FEDERAL BOM 71 PONTOS

Ante a cobrança da sociedade, o governo federal promoveu melhorias em seu portal e conseguiu oferecer maior transparência a suas ações no enfrentamento da pandemia.

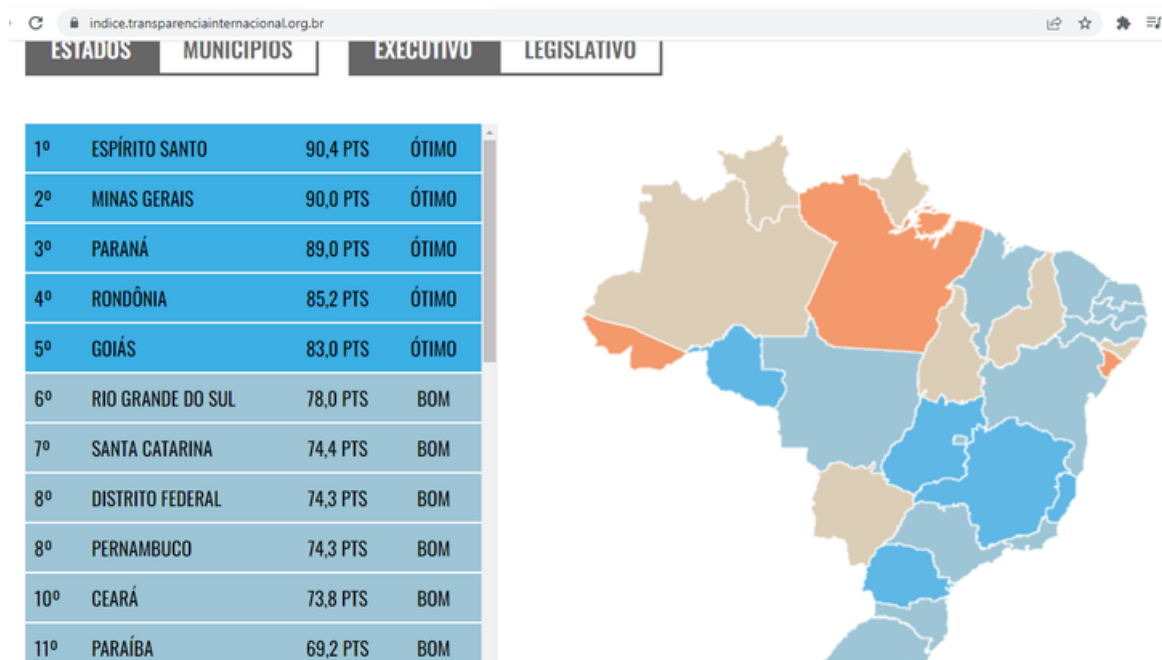
2021

15ª posição - Índice de Transparência da Covid-19 3.0 – OKBR -
Disponível em: <https://transparenciacovid19.ok.org.br/>



2022

11ª posição - Índice de Transparência e Governança Pública - Transparência Internacional -
Disponível em: <https://indice.transparenciainternacional.org.br/>



61,59% - Poder Executivo - Programa Nacional de Transparência Pública
Disponível em: <https://radar.tce.mt.gov.br/extensions/atricon2/panel.html>

Índice de transparência por Poder



7° Lugar Nacional - Índice Transparência - USP -Faculdade Direito
Disponível em: <https://direito.usp.br/noticia/6e49831f58d5-ranking-elaborado-pelo-netacip-da-fdusp-avalia-grau-de-transparencia-governamental->

3. Ranking

Ranking Geral

LOCAL	PONTOS	NOTA
1 PARANÁ	353	94,39%
2 FORTALEZA	342	91,44%
3 BAHIA	340	90,91%
4 RIO DE JANEIRO (RJ)	336	89,84%
5 SANTA CATARINA	332	88,77%
6 MATO GROSSO	331	88,50%
7 PARAÍBA	328	87,70%
8 RECIFE	326	87,17%
9 RIO BRANCO	323	86,36%
10 CEARÁ	320	85,56%
10 PALMAS	320	85,56%
12 GOVERNO FEDERAL	319	85,29%
13 CAMPO GRANDE	316	84,49%
14 MARANHÃO	312	83,42%
15 MANAUS	311	83,16%
16 JOÃO PESSOA	309	82,62%
17 BOA VISTA	307	82,09%
17 SÃO PAULO (SP)	307	82,09%
19 DF	306	81,82%
19 PARÁ	306	81,82%
19 SERGIPE	306	81,82%
22 RORAIMA	305	81,55%
23 VITÓRIA	304	81,28%
24 GOIÂNIA	301	80,48%
24 PORTO VELHO	301	80,48%
26 ESPÍRITO SANTO	296	79,14%
27 BELÉM	294	78,61%
27 CUIABÁ	294	78,61%
29 AMAZONAS	289	77,27%
29 RIO DE JANEIRO	289	77,27%
31 CURITIBA	284	75,94%
31 RIO GRANDE DO SUL	284	75,94%
33 BELO HORIZONTE	283	75,67%
34 NATAL	282	75,40%
35 ACRE	281	75,13%
35 TERESINA	281	75,13%
37 MACAPÁ	274	73,26%
37 PERNAMBUCO	274	73,26%
39 GOIÁS	273	72,99%
40 MATO GROSSO DO SUL	270	72,19%
41 AMAPÁ	263	70,32%
42 MINAS GERAIS	252	67,38%

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

E-mail transparência@paraiba.pb.gov.br

	2019	2020	2021	2022
E-mails				
Recebidos/Respondidos	25	75	87	48 até 26/12

OUVIDORIA

Sistema SOGE (Sistema da Ouvidoria Geral do Estado)

	2019	2020	2021	2022
Nº DEMANDAS	2	1	2	4

2.7 - CHEFIA E ASSESSORIA GABINETE

2.7.1 - ATIVIDADES FINALÍSTICAS

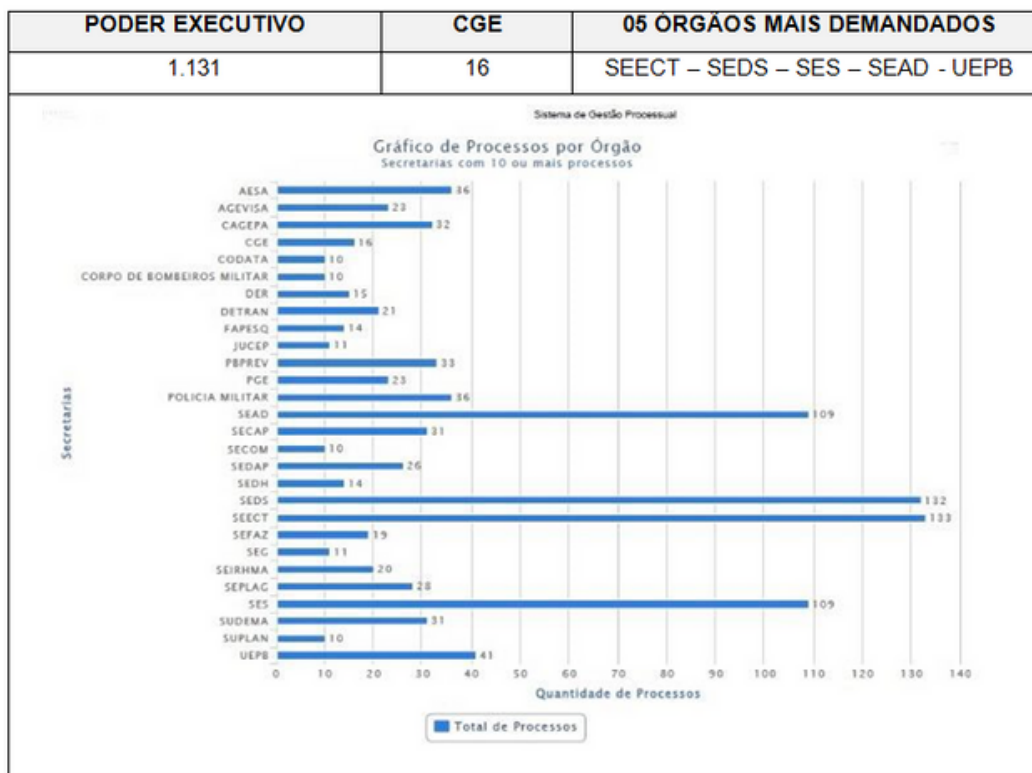
A chefia de gabinete da CGE é a responsável pelo Gerenciamento do Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública – CAFIL e monitoramento da manutenção da Carta de Serviços pelos órgãos, atividade que conta com o apoio do Grupo de Transformação Digital do Estado.

Conforme inciso VI do artigo 67 do Decreto nº 33.050/12, que Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Lei nº 12.527/11 - Lei de Acesso à Informação, cabe a esta Controladoria monitorar a aplicação do supracitado decreto, especialmente no que refere ao cumprimento dos prazos e procedimentos das demandas recebidas por meio do SIC PB - Serviço de Informação ao Cidadão da Paraíba .

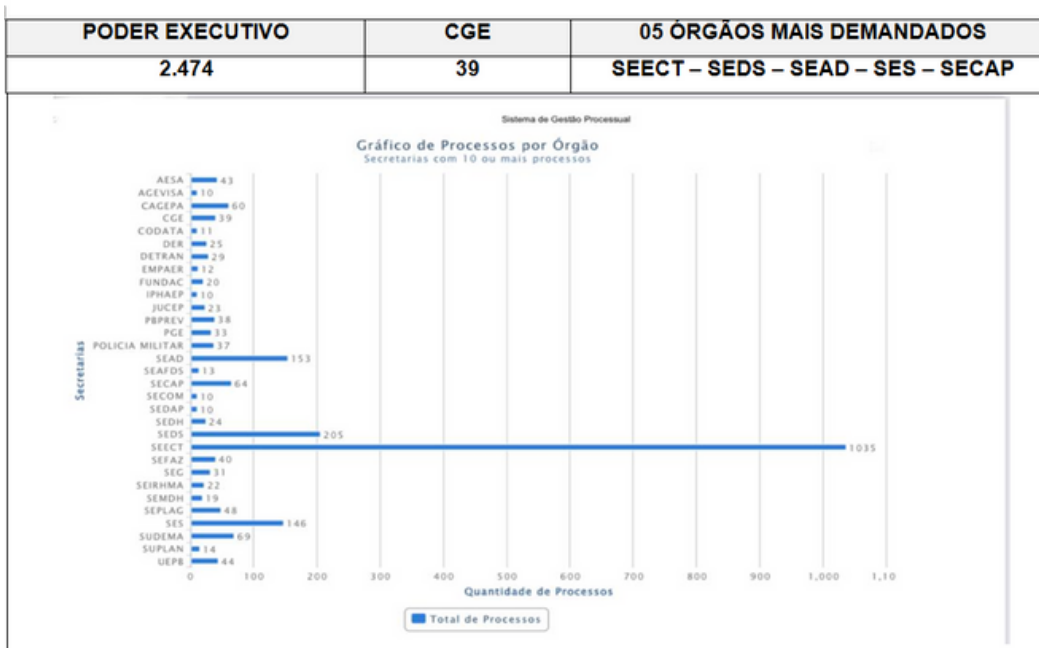
Seguem tabelas com os quantitativos de demandas no e-SIC do período 2019-2022.

RELATÓRIO E-SIC: 2019/2022 – QUANTITATIVO

2019 (JANEIRO A DEZEMBRO)

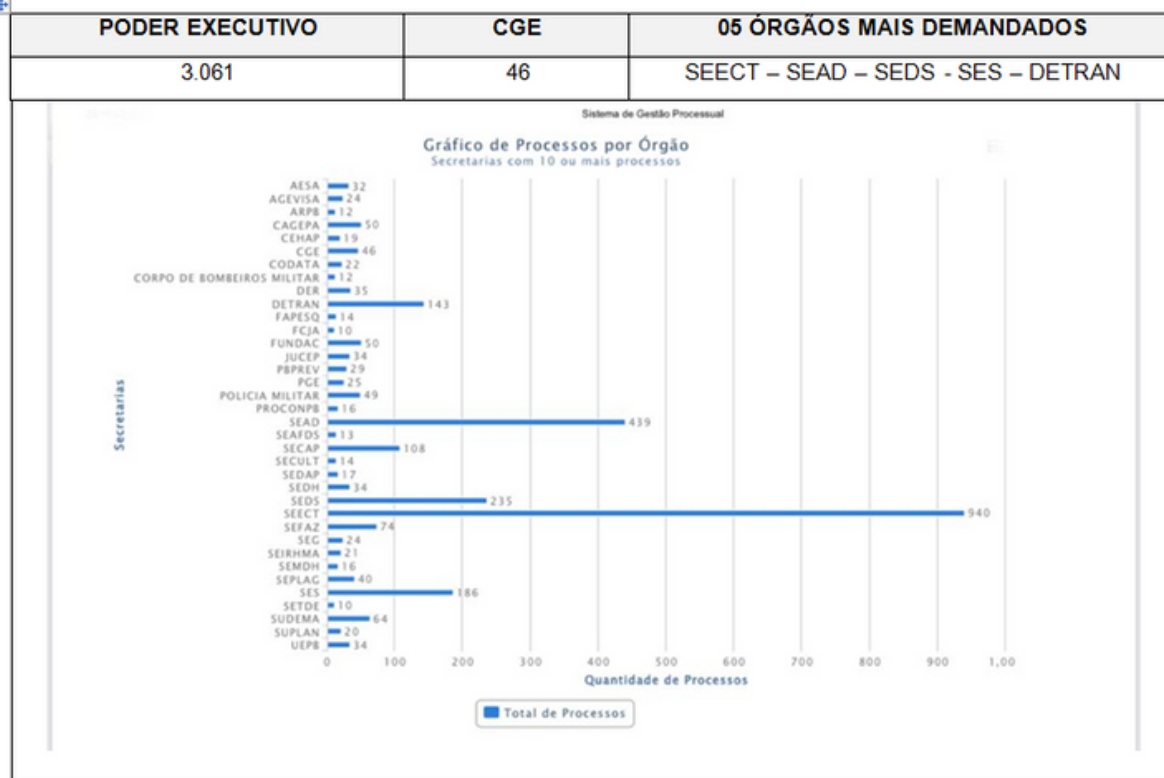


2020 (JANEIRO A DEZEMBRO)

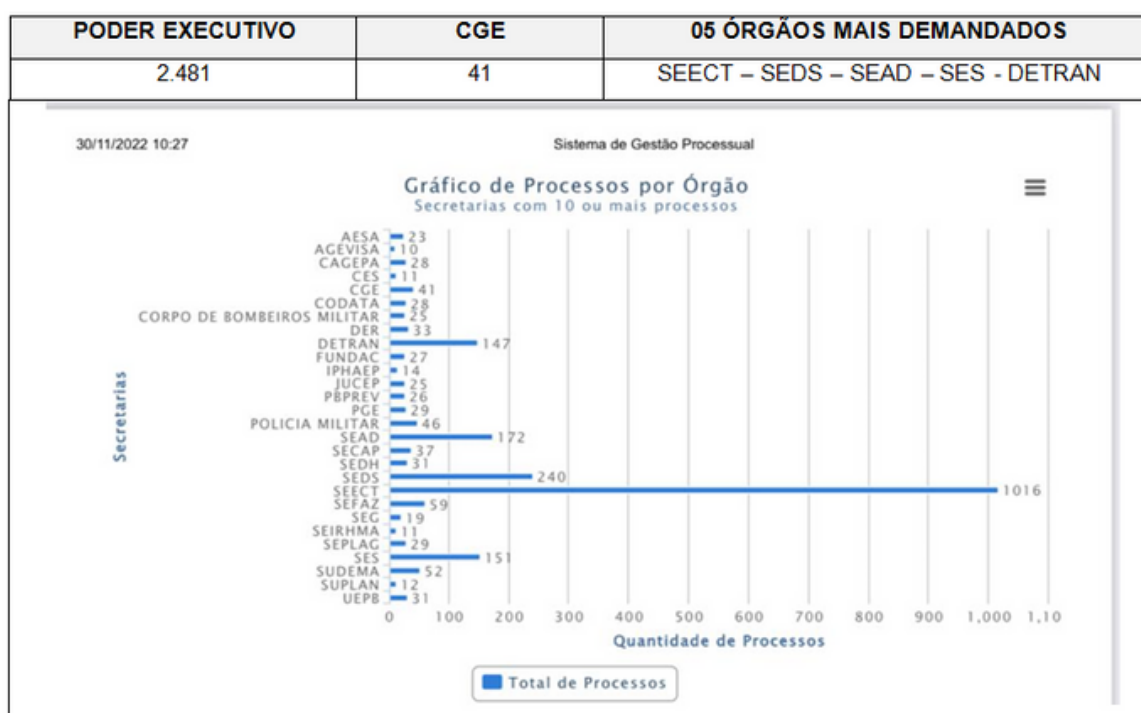


RELATÓRIO E-SIC: 2019/2022 – QUANTITATIVO

2021 (JANEIRO A DEZEMBRO)



2022 (JANEIRO A 30/11)



3 - Atividades Institucionais desenvolvidas pela CGE

3.1 - EVENTOS E TREINAMENTOS REALIZADOS

2019 - Fevereiro



A II Semana Estadual de Controle Interno, realizada em 2019, promoveu apresentações e workshops aos servidores da rede estadual referentes ao processo de convergência contábil e a integridade contábil do SIAF; a responsabilidade dos gestores e servidores no âmbito da administração pública; ao planejamento da contratação; ao E-Social e à Lei do sistema integrado do controle interno do estado da Paraíba. Atendimento de recomendações de auditoria; Procedimento para retenção de impostos, Sistema SIGO, Termo de Referência e SICONV.



2019 - Maio

Seminário Governança e Boas Práticas em Gestão Pública – realizado em parceria com o Banco Mundial, buscou sensibilizar os gestores e técnicos dos órgãos estaduais sobre a importância do Fortalecimento da Governança na Administração Pública, e do Sistema de Controle Interno para melhoria da Governança, bem como discutir paradigmas quanto à gestão de riscos e reforçar o papel dos órgãos centrais de controle interno. Além de despertar nos técnicos as vantagens da adoção das melhores práticas.



2019 - Junho

Capacitação do novo sistema de administração de contratos do Governo do Estado - Sistema Integrado de Avaliação de Conformidade – SISAC



2019 - Agosto

A CGE promoveu um dos mais importantes encontros técnicos voltados para a adimplência dos Estados com a União - o XII Fórum Interestadual de Regularidade Fiscal - reunindo técnicos de 23 estados e do Distrito Federal, bem como representantes de entidades federais, em João Pessoa.



2019 - Junho

Apresentação de Metodologia de atividade e de consultoria à Secretaria de Controladoria Geral do Estado de Pernambuco (SCGE-PE)



2019 - Dezembro

Realização de Seminário para discutir os desafios e oportunidades na administração pública relacionados à **Gestão de Riscos, Programa de Integridade (Compliance) e a Nova Lei de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018)**.

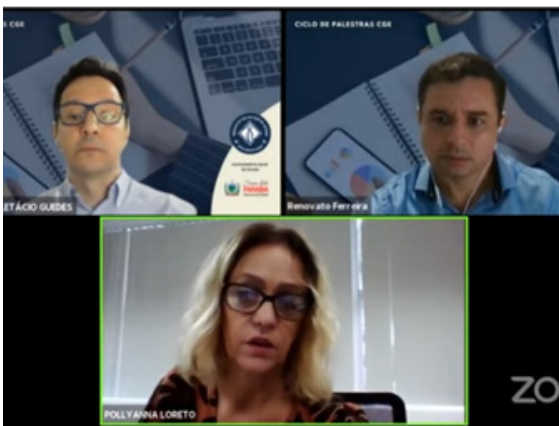


2020 - Janeiro

Apresentação da nova versão do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF) – versão 4.0.



2021 - Maio

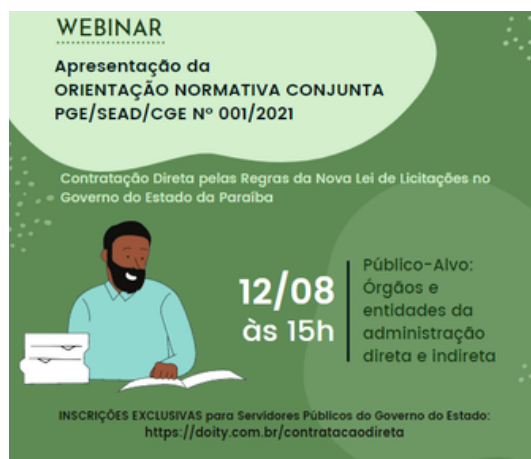


A CGE realizou, por meio de videoconferência, o Ciclo Palestras em comemoração ao Mês de Conscientização da Auditoria Interna – com apresentações referentes à Gestão de Riscos, Modelo Implementação da Unidade Setorial de Controle Interno. Desafios da Nova Lei de Licitações; e a LGPD.

Thumbnail Title	View Count	Upload Date
Ciclo Palestras CGE - Lei Geral de Proteção Dados (LGPD)	68 visualizações	Transmitido há 1 ano
Ciclo de Palestras CGE - 28/05	87 visualizações	Transmitido há 1 ano
Ciclo de Palestras CGE 26.05	70 visualizações	Transmitido há 1 ano
Ciclo de Palestras CGE - Gestão de Riscos - Abordagem simplificada	87 visualizações	Transmitido há 1 ano

2021 - Agosto

Webinar - Apresentação da Normativa Conjunta CGE/PGE/SEAD N° 001/2021 (apresentação disponível no canal da CGE no Youtube)



2022 - Setembro

III Semana Estadual de Controle Interno (evento presencial com transmissão simultânea no canal da CGE no Youtube) - promoveu apresentações referentes ao Desenvolvimento das Boas Práticas de Governança Corporativa na Companhia de Água e Esgoto do Estado da Paraíba – PNCP; Carta de Serviços; LGPD; SIAF (IC); Implementação da Nova Lei de Licitações; Procedimentos SISAC.



2022 - Setembro

Webinar Orientações para o primeiro envio da escrituração fiscal digital via E-Cac (evento realizado via youtube)



Os eventos realizados por videoconferência estão disponíveis para acesso de todo cidadão, no canal da CGE no Youtube. O canal da CGE "@controladoriageraldoestado7659", no momento, tem 215 pessoas inscritas e vídeos com mais de 1,4 mil visualizações.

4 - Custos e Investimentos

Execução Orçamentária e Evolução – 2019 a 2022

ANO	CUSTEIO	PESSOAL	INVESTIMENTO	ORÇA. EXEC.
2019	1.138.019,59	15.139.385,64	2.570,90	16.279.976,13


ANO	CUSTEIO	PESSOAL	INVESTIMENTO	ORÇA. EXEC.
2020	1.207.204,28	15.252.531,96	7.219,50	16.466.955,74
VARIAÇÃO 2020/2019	6,08	0,75	180,82	1,15

ANO	CUSTEIO	PESSOAL	INVESTIMENTO	ORÇA. EXEC.
2021	1.063.149,19	15.282.951,17	9.377,00	16.355.477,36
VARIAÇÃO 2021/2020	-11,93	0,20	29,88	-0,68

ANO	CUSTEIO	PESSOAL	INVESTIMENTO	ORÇA. EXEC.
2022(NOV)	1.144.155,48	15.083.606,78	14.162,95	16.241.925,21
VARIAÇÃO 2022/2021	7,62	-1,30	51,04	-0,69

Comparando a execução orçamentária e evolução do exercício de 2019 a 2022 (novembro), destaca-se o seguinte quadro: custeio, pessoal e investimento no referido período houve um crescimento na execução total do orçamento de 1,15% (um, vírgula quinze por cento) em valores nominais.

Fazendo um recorte na execução do orçamento no exercício de 2020 a 2021 ocorreu uma redução total na aplicação orçamentária de 0,68% (zero, sessenta e oito por cento), e uma diminuição de 11,83% (onze, vírgula oitenta e três por cento) no custeio, ocasionado em razão da pandemia e o trabalho em home office dos servidores.



Já em relação ao exercício de 2021 a 2022, até ao mês de novembro do corrente ano houve uma redução na execução orçamentária total de 0,69% (zero, virgula sessenta e nove por cento), também ocorreu uma retração na aplicação orçamentária de pessoal no referido período de 1,30% (um, virgula trinta por cento).

Se levarmos em conta os índices inflacionários fornecidos pelo IBGE, veremos que a execução do orçamento apresentou um acréscimo em 2020 inferior à inflação do período.

Em 2021 e 2022 até novembro, ocorreu uma redução em relação ao ano anterior, conforme índices inflacionários: exercício 2019, 4,31% (quatro, virgula trinta e um por cento), 2020, 4,52% (quatro, virgula cinquenta e dois por cento) e 2021 10,06% (dez, virgula seis por cento) fornecidos pelo IBGE – fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>.

Para o exercício de 2023 deverá ocorrer uma evolução orçamentária em função da perspectiva de concurso público e contratação de 12 novos auditores para esta Controladoria, bem como a evolução vegetativa da folha de pagamento.

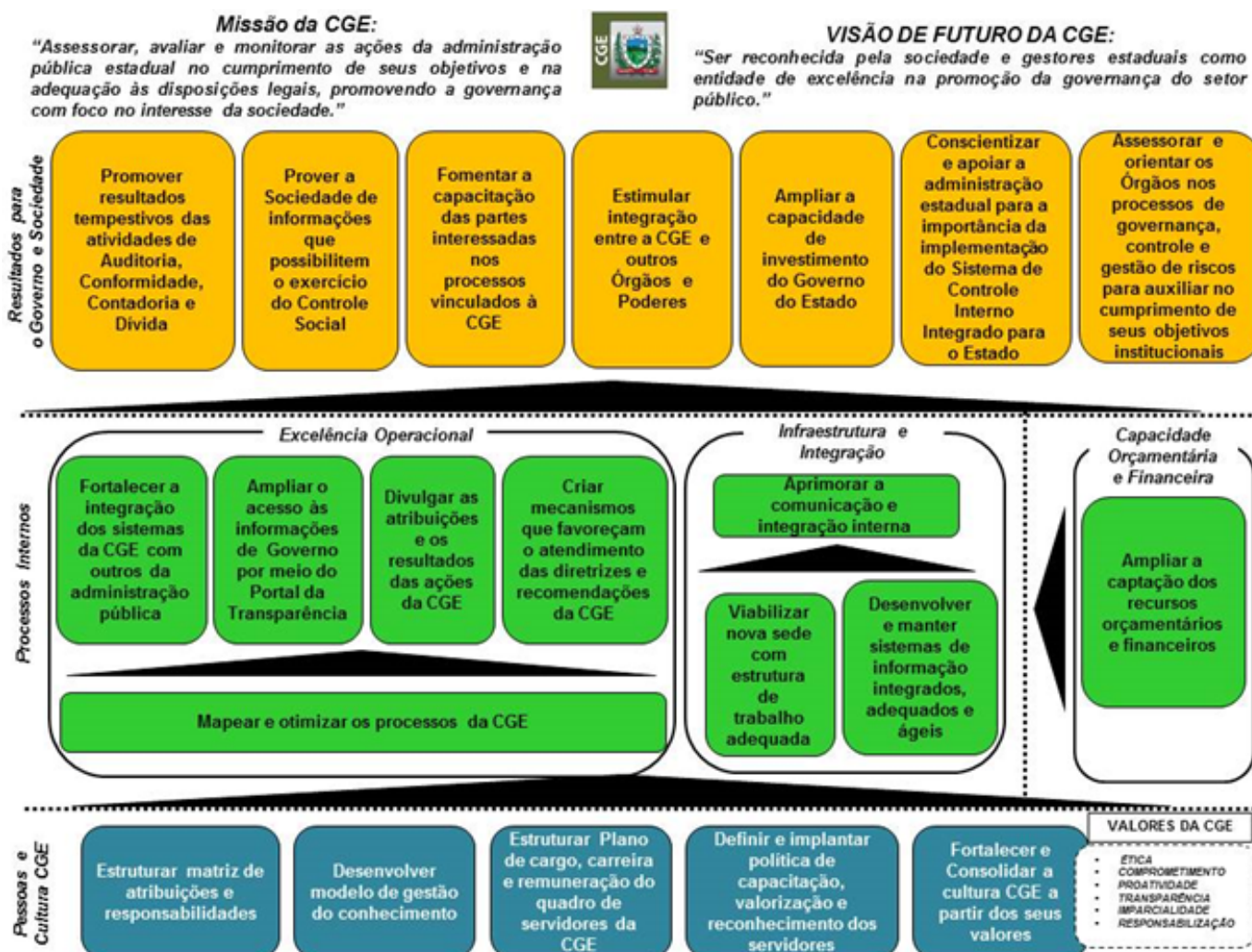
FINANCIAMENTOS DE AÇÕES INSTITUCIONAIS (INVESTIMENTOS PROJETADOS)

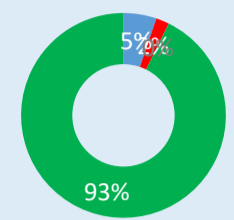
Ações estruturantes de fortalecimento da governança do estado foram contempladas nos projetos financiados por organismos internacionais que estão em andamento no estado. A CGE através da GEA é a responsável pela coordenação das ações necessárias à consolidação dos investimentos previstos, a seguir relacionados.

Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Paraíba - PROFISCO II	R\$ 16.734.238,00
Metodologia de Auditoria Interna	R\$ 451.450,00
Programa de Integridade do Governo do Estado	R\$ 90.000,00
Sistema Integrado de Controle Interno	R\$ 1.562.000,00
SIAFIC-Portal da Transparência	R\$ 6.859.900,00
Processo de Convergência Contábil	R\$ 2.179.698,00
Metodologia de Custo Público	R\$ 4.835.190,00
Procedimentos de controle da Dívida Pública do Estado da Paraíba	R\$ 549.500,00
Sistema de Controle da Dívida do Estado Integrado ao Sistema de Administração Financeira (SIAF)	R\$ 206.500,00
Projeto de Segurança Hídrica	R\$ 960.000,00
Capacitações, Consultorias e Desenvolvimento de Sistema	R\$ 960.000,00
Projeto Cooperar	R\$ 451.450,00
Sistema Detecção Riscos Fornecedores	R\$ 451.450,00
VALOR TOTAL PROJETOS - CGE	R\$ 18.145.688,00

4 - Planejamento Estratégico CGE

Finalizando o relatório das atividades desempenhadas pela CGE ao longo do período de 2019 -2022, apresentamos a seguir o Mapa Estratégico que reflete as ações que foram objeto de revisão no mês de outubro e que fazem parte do planejamento estratégico revisado com as ações a serem executados no período de 2022-2026, conforme anexo único a este relatório.

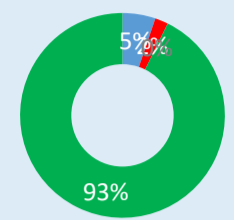


Desempenho							Dados Gerais																		
índice de Desempenho 0,0 Planejado #VALOR! Realizado 7%							<table border="1"> <tr> <td>Concluídas</td> <td>5%</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Atrasadas</td> <td>2%</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Reprogramadas</td> <td>0%</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Em andamento</td> <td>93%</td> <td>89</td> </tr> </table> 							Concluídas	5%	5	Atrasadas	2%	2	Reprogramadas	0%	0	Em andamento	93%	89
Concluídas	5%	5																							
Atrasadas	2%	2																							
Reprogramadas	0%	0																							
Em andamento	93%	89																							

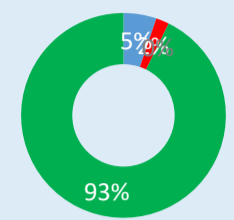
OBJETIVO ESTRATÉGICO (o que?)	RESPONSÁVEIS	FORMULA DE CALCULO DA META	META 2023	META 2024	META 2025	META 2026	ETAPA/AÇÕES (como?)	RESPONSÁVEL (quem?)	PRAZO DE INICIO (quando)	PRAZO DE TERMINO	NOVO PRAZO PREVISTO	PRAZO REALIZADO	% CONCLUÍDO	% PLANEJADO	STATUS	OBSERVAÇÕES									
INVESTIR PARAÍBA Contribuir para ampliar a capacidade de investimento do Governo do Estado	SABINO DANTAS	(Investimento Total do Governo da PB / RCL +CUSTEIO/RCL) x 100	13%	15%	15%	16%	1. Elaborar relatório anual de desempenho dos investimentos do Governo da PB nos últimos 5 anos para subsidiar a elaboração do PPA, incluindo projeção de investimentos futuros para os próximos 5 anos. Inclui apresentar recomendações de controle de despesas de pessoal e custeio para os órgãos do Estado para viabilizar e ampliar a capacidade de investimento.	SABINO/DANTAS	01/10/2022	31/12/2026			0%	6%	●	Relatório a ser entregue até dezembro de cada ano.									
							2. Subsidiar a SEPLAG com informações sobre a capacidade financeira do Estado para potenciais de linhas de financiamento nacionais e internacionais.	SABINO/DANTAS	01/10/2022	31/12/2026			0%	6%	●	Atividade permanente. Devendo ser informado anualmente as ações que subsidiaram a SEPLAG. Relatório a ser entregue até dezembro de cada ano.									
							3. Elaborar anualmente o relatório de avaliação da sustentabilidade da dívida, incluindo a análise consistente de viabilidade econômica e financeira, alinhada à análise técnica produzida pelos órgãos do Estado e com parecer jurídico da PGE, das oportunidades de investimento.	SABINO/DANTAS	01/10/2022	31/12/2026			0%	6%	●	Atividade permanente. Relatório de avaliação da sustentabilidade deve ser entregue até dezembro de cada ano.									
							4. Monitorar as operações de crédito vigentes e em tramitação.	SABINO/DANTAS	01/10/2022	31/12/2026					0%	6%	●	Atividade permanente. Apresentar Relatório trimestral acerca do andamento das operações de crédito.							
			RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	5. Acompanhar os números da CAPAG anualmente, com objetivo de analisar a capacidade financeira do Estado.	SABINO/DANTAS	01/10/2022	31/12/2026					0%	6%	●	Atividade permanente.							
SIST. CONTROLE INTERNO INTEGRADO Conscientizar e apoiar a administração estadual para a importância da implementação do Sistema de Controle Interno Integrado para o Estado	LETÁCIO RODOLFO	Quantidade de Eventos e Capacitações para Implantação do Sistema Integrado de Controle Interno	1 Evento	1 Evento	1 Evento	1 Evento	1. Realizar Eventos e Capacitações para Implantação do Sistema Integrado de Controle Interno	LETÁCIO RODOLFO	01/12/2022	31/12/2023			0%	7%	●										
							2. Acompanhar e/ou Promover desenvolvimento de sistemas de integração (novo sistema Folha, sistema de Custos, SIAFIC e outros)	LETÁCIO RODOLFO	01/12/2022	31/12/2023			0%	7%	●										
							3. Promover consultorias para implantação das unidades setoriais de controle interno	LETÁCIO RODOLFO	01/12/2022	31/12/2023			0%	7%	●										
							4. Realizar as reuniões do Comitê Integrado de Controle Interno do Estado da Paraíba (CICIP)	LETÁCIO RODOLFO	01/12/2022	31/12/2023			0%	7%	●										
							5. Realizar as reuniões do Comitê de Auditoria Interna e Riscos do Poder Executivo	LETÁCIO RODOLFO	01/12/2022	31/12/2023			0%	7%	●										
			RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	6. Promover ações para incentivar que os órgãos e entidades estaduais desenvolvam seus Mapas Estratégicos, onde devem estar definidos seus objetivos estratégicos, indicadores, metas, ações estratégicas, missão, visão e valores.	LETÁCIO RODOLFO	01/12/2022	31/12/2023			0%	7%	●										
ASSESSORIA Assessorar (FACILITAÇÃO) e orientar os Órgãos nos processos de governança, controle e gestão de riscos para auxiliar no cumprimento de seus objetivos institucionais	RODOLFO LETÁCIO	(Total de respostas "Muito Satisfeito" e "Satisfeito" / Total de respostas) x 100 Pesquisa de Satisfação junto aos Órgãos(Ação Preventiva - Orientativa) Escala: > Muito Satisfeito > Satisfeito > Pouco Satisfeito > Insatisfeito	70%	70%	70%	70%	Participação da CGE no Comitê de Governança	Letácio Secretário Rodolfo	13/10/2022	31/12/2023			0%	17%	●										
							Programar e Executar Atividades de Consultoria com o objetivo assessorar os órgãos nos processos de governança, controle gestão de riscos	Rodolfo	13/10/2022	31/12/2023			0%	17%	●										
							Promover a Semana Estadual de Controle Interno	Letácio Secretário	01/01/2023	31/12/2023			0%	0%	●										
			RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	Assessorar a Implantação das Unidades Setoriais de Controle Interno	Rodolfo	13/10/2022	31/12/2023			0%	17%	●										
																1. Realizar levantamento, junto aos setores da CGE, das informações/documentos atualmente divulgados pela CGE e os seus meios de divulgação, considerando a eventual necessidade de revisão/atualização desses documentos.	Rafaella/Elias	01/01/2023	31/03/2023			0%	0%	●	Sem parâmetros para mensurar no momento inicial - vamos primeiramente focar no atendimento das etapas - Verificar junto aos administradores das plataformas se há como mensurar número de acesso/downloads

ANEXO ÚNICO

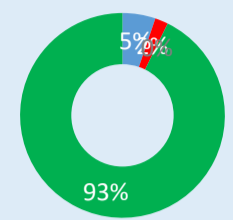
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CGE 2022 - 2026

Desempenho				Dados Gerais															
índice de Desempenho 0,0 Planejado #VALOR! Realizado 7%				<table border="1"> <tr> <td>Concluídas</td> <td>5%</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Atrasadas</td> <td>2%</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Reprogramadas</td> <td>0%</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Em andamento</td> <td>93%</td> <td>89</td> </tr> </table> 				Concluídas	5%	5	Atrasadas	2%	2	Reprogramadas	0%	0	Em andamento	93%	89
Concluídas	5%	5																	
Atrasadas	2%	2																	
Reprogramadas	0%	0																	
Em andamento	93%	89																	

OBJETIVO ESTRATÉGICO (o que?)	RESPONSÁVEIS	FORMULA DE CALCULO DA META	META 2023	META 2024	META 2025	META 2026	ETAPA/AÇÕES (como?)	RESPONSÁVEL (quem?)	PRAZO DE INICIO (quando)	PRAZO DE TERMINO	NOVO PRAZO PREVISTO	PRAZO REALIZADO	% CONCLUÍDO	% PLANEJADO	STATUS	OBSERVAÇÕES
PARCERIA CGE Divulgar as atribuições e os resultados das ações da CGE	RAFAELA ELIAS ANDERSON	Total de divulgações anualmente veiculadas pela CGE (ACESSO SITES, CANAL YOUTUBE, COMPARTILHAMENTOS, INTERAÇÕES..., qtd downloads)	META 6 (DEFINIR Nº DIVULGAÇÕES ANUAL)	META 8 (DEFINIR Nº DIVULGAÇÕES ANUAL)	META 9 (DEFINIR Nº DIVULGAÇÕES ANUAL)	META 10 (DEFINIR Nº DIVULGAÇÕES ANUAL)	2. Consultar sites de outras Controladorias para verificar o que está sendo divulgado e como;	Rafaella/Elias	01/01/2023	31/03/2023			0%	0%	●	
							3. Definir critérios/requisitos que devem ser considerados para divulgação de documentos, ações e resultados dos trabalhos da CGE;	Rafaella/Elias	01/04/2023	30/06/2023			0%	0%	●	
							4. Definir fluxo de divulgação desses documentos, ações e resultados (responsáveis, prazos, meios);	Rafaella/Elias	01/04/2023	30/06/2023			0%	0%	●	
							5. Definir meta de divulgações anual	Rafaella/Elias	01/01/2023	30/06/2023			0%	0%	●	
							6. Solicitar aos responsáveis pelo gerenciamento das páginas da CGE alteração/atualização dos documentos;	Rafaella/Elias	01/07/2023	31/12/2023			0%	0%	●	
			RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	7. Disponibilizar na página da CGE pesquisa de satisfação - para preenchimento dos órgãos, servidores visitantes - avaliar os dados coletados;	Rafaella/Elias	01/12/2023	31/03/2024			0%	0%	●	
PARA ATENDER Criar mecanismos que favoreçam o atendimento das diretrizes e recomendações da CGE	GLEYDSON	(Total de recomendações válidas da CGE atendidas pelos órgãos / Total de recomendações da CGE) x 100	60%	70%	75%	80%	1. Realizar diagnóstico da atual situação de atendimento das recomendações da CGE pelos órgãos, visando obter percentual de atendimento em outros exercícios e identificar problemas existentes para o não atendimento.	GLEYDSON	04/10/2022	14/10/2022		14/10/2022	100%	100%	●	realizado no projeto anterior
							2. Melhorar a qualidade das recomendações e orientações por meio de CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES CGE acerca da padronização da forma e terminologia empregada nos relatórios, bem como na metodologia de acordar plano de ação com as partes interessadas dos órgãos.	GLEYDSON	01/01/2023	31/12/2023			0%	0%	●	
							3. Implantação de biblioteca de registros de recomendações e indicadores aplicáveis para casos semelhantes.	RODOLFO	01/01/2023	31/12/2023			0%	0%	●	
							3. Consolidar estrutura de monitoramento informatizada para acompanhamento das recomendações e orientações da CGE, promovendo o acesso e interação entre os órgãos e a Controladoria, e capacitação dos servidores envolvidos.	RODOLFO	04/10/2022	14/10/2022		14/10/2022	100%	100%	●	realizado no projeto anterior - ferramenta teamaudit
							4. Promover capacitações e orientações técnicas aos agentes da "Rede de Controle interno", e partes interessadas dos órgãos acerca da metodologia de atendimento às recomendações e acordo do plano de ação.	FLÁVIO/RODOLFO	01/01/2023	31/12/2023			0%	0%	●	
							5. Atualizar o Manual de AUDITORIA DA CGE.	GEA	01/11/2022	30/06/2023			0%	23%	●	
			RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	6. Disponibilizar no "Painel de Controle do Governo" os resultados de atendimento às recomendações da CGE, com foco nas recomendações pendentes de atendimento pelos órgãos.	LETÁCIO SECRETÁRIO	01/01/2023	31/12/2023			0%	0%	●	DEFINIR RELAÇÃO ACHADO X RISCO
FALA COMIGO Aprimorar a comunicação e integração interna	EZEQUIAS RAFAELA GEA(NOVOS AUDITORES T.I.)	Pesquisa de Satisfação sobre a comunicação e integração interna junto a todos os Servidores da CGE Pergunta 1: "Como você avalia, de 0 a 10, sua satisfação com a qualidade da comunicação e integração interna da CGE?" Pergunta 2: "O que você sugere para melhorar a comunicação e integração interna da CGE?"	NOTA 4	NOTA 6	NOTA 8	NOTA 10	1. Realizar diagnóstico da atual situação da comunicação e integração interna - anualmente	Rafaella/Ezequias	01/01/2023	31/03/2023			0%	0%	●	
							2. Criar sistemática de reuniões semestrais de comunicação e integração interna (reuniões nos meses de junho e dezembro de cada ano)	Rafaella	01/06/2023	31/12/2023			0%	0%	●	
							3. Criar intranet única da CGE - Substituir/viabilizar - conhecer novo formato/modelo SIC Cagepa e modelo CODATA em desenvolvimento	Rafaella/Ezequias	01/01/2023	31/12/2023			0%	0%	●	

Desempenho							Dados Gerais																		
índice de Desempenho 0,0 Planejado #VALOR! Realizado 7%							<table border="1"> <tr> <td>Concluídas</td> <td>5%</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Atrasadas</td> <td>2%</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Reprogramadas</td> <td>0%</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Em andamento</td> <td>93%</td> <td>89</td> </tr> </table> 							Concluídas	5%	5	Atrasadas	2%	2	Reprogramadas	0%	0	Em andamento	93%	89
Concluídas	5%	5																							
Atrasadas	2%	2																							
Reprogramadas	0%	0																							
Em andamento	93%	89																							

OBJETIVO ESTRATÉGICO (o que?)	RESPONSÁVEIS	FORMULA DE CALCULO DA META	META 2023	META 2024	META 2025	META 2026	ETAPA/AÇÕES (como?)	RESPONSÁVEL (quem?)	PRAZO DE INICIO (quando)	PRAZO DE TERMINO	NOVO PRAZO PREVISTO	PRAZO REALIZADO	% CONCLUÍDO	% PLANEJADO	STATUS	OBSERVAÇÕES
		Comunicação e integração interna da CGE?" Pergunta 3: "Quais os meios de comunicação	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	4. Verificar possibilidade de reativar as mídias sociais (Whatsapp, Twitter, Facebook e Instagram) junto à SECOM.	Rafaella	01/01/2023	31/12/2023			0%	0%	●	
NOVA SEDE Viabilizar sede própria.	Mayara - Eliecia	(Total de meses que foram efetivamente necessários a partir de ABRIL/2022 para a entrega da nova sede totalmente adequada às necessidades da CGE / 44 meses) x 100	27%	54%	81%	100%	1. Acompanhar o processo licitatório junto à SUPLAN 2. Acompanhar o andamento da obra quando a mesma iniciar 3. Adequar os itens mobiliários da nova sede às necessidades dos servidores 4. Realizar a mudança para a nova sede	Mayara Mayara Mayara Mayara	01/04/2022 01/01/2024 01/01/2024 01/07/2025	31/12/2023 31/06/2025 31/12/2025 31/12/2025			0% 0% 0% 0%	42% 0% 0% 0%	● ● ● ●	
STI INTEGRA Desenvolver e manter sistemas de informação eficientes e integrados internamente e na relação com outros da administração pública	GERALDO EZEQUIAS GEA(NOVOS AUDITORES T.I.)	(Total de sistemas que tiveram suas demandas de desenvolvimento e integração atendidas / Total de sistemas que necessitem de desenvolvimento e integração entre CGE e órgãos da administração pública) x 100	20%	40%	70%	100%	1. Realizar diagnóstico das necessidades dos sistemas atuais 2. Acompanhar integração do SIAF x (Notas fiscais, contrato/convênio) 3. Acompanhar a conformidade do SIAF x SIAFIC 4. Desenvolver Sistema de demonstrativos fiscais - transparência CGE 5. Acompanhar a aquisição do Sistema de Centro de Custos 6. Acompanhar e Realizar a integração dos sistemas (SIGPB x notas fiscais - SEFAZ) 7. Acompanhar e Realizar a integração dos sistemas (SISAC X CENTRAL DE COMPRAS X SIAF) 8. Acompanhar a aquisição do portal transparência e suas dependências	GIULIANY TI JOSÉ ROBERTO SIAF GERALDO SIAF GERALDO SIAF GERALDO SIAF LETÁCIO SECRETÁRIO GIULIANY TI (Consultar Arthur/Celina) LETÁCIO SECRETÁRIO	01/03/2023 01/11/2022 01/03/2023 01/04/2023 01/11/2022 01/11/2022 01/05/2023 01/03/2023	30/04/2023 31/12/2023 31/12/2023 31/12/2026 31/12/2023 31/12/2023 31/12/2026			0% 0% 0% 0% 0% 0% 0% 0%	0% #VALOR! 0% 0% 13% 13% 0% 0%	● ● ● ● ● ● ● ●	
AMPLIAR PARA AVANÇAR Ampliar a captação dos recursos orçamentários e financeiros CGE	AGOSTINHO SABINO	(Orçamento de Custeio, pessoal e investimentos do ano corrente - Orçamento de custeio, pessoal e investimentos do ano anterior) / Orçamento de custeio, pessoal e investimentos do ano anterior) x 100	5%	5%	5%	5%	1. Definir e executar ações para operacionalizar o Fundo Estadual de Combate à Corrupção. 2. Divulgar as modalidades de consultoria ou (orientação) que a CGE pode oferecer aos órgãos. 3. Estabelecer modelos de cooperação técnica que possibilitem à CGE realizar troca de serviços e produtos para fomentar suas atividades. 4. Definir indicadores de medição das atividades da CGE de forma a justificar eventuais incrementos de recursos para investimentos (despesas de capital e despesas correntes) e gastos de custeio. 5. Apresentar periodicamente ao Governador do Estado e partes interessadas os resultados de avaliações da CGE sobre os órgãos da Paraíba que evidenciem oportunidades de melhoria de processos que possibilitem a ampliação da capacidade de investimento do Estado.	AGOSTINHO LETÁCIO LETÁCIO SECRETÁRIO AGOSTINHO LETÁCIO AGOSTINHO SABINO LETÁCIO SECRETÁRIO	01/01/2023 01/01/2023 01/01/2023 01/01/2023 01/01/2023	31/12/2026 31/12/2026 31/12/2026 31/12/2026 31/12/2026			0% 0% 0% 0% 0%	0% 0% 0% 0% 0%	● ● ● ● ●	
OTIMIZAR P AVANÇAR Mapear e otimizar os processos da CGE	ARTHUR GLAUCIO	(Total de processos mapeados e otimizados / Total de processos prioritários) x 100	50%	100%	100%	100%	1. Levantar os processo prioritários; 2. Verificar se os processos estão mapeados; 3. Atualizar o mapeamento dos processos: a) verificar se os processos já mapeados representam a realidade, realizando os ajustes necessários; e b) identificar e mapear novos processos, caso existam; 4. Definir uma metodologia com critérios e requisitos a serem adotados para as propostas de otimização; 5. Solicitar às chefias responsáveis pelos processos mapeados propostas de otimização (para ao menos 50% dos processos);	Arthur e Gláucio Arthur e Gláucio Arthur e Gláucio Arthur e Gláucio Arthur e Gláucio	01/11/2022 01/02/2023 01/04/2023 01/11/2022 01/07/2023	31/12/2023 31/03/2023 31/06/2023 31/06/2023 31/10/2023			0% 0% 0% 0% 0%	13% 0% 0% #VALOR! 0%	● ● ● ● ●	

Desempenho							Dados Gerais																		
índice de Desempenho 0,0 Planejado #VALOR! Realizado 7%							<table border="1"> <tr> <td>Concluídas</td> <td>5%</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Atrasadas</td> <td>2%</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Reprogramadas</td> <td>0%</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Em andamento</td> <td>93%</td> <td>89</td> </tr> </table> 							Concluídas	5%	5	Atrasadas	2%	2	Reprogramadas	0%	0	Em andamento	93%	89
Concluídas	5%	5																							
Atrasadas	2%	2																							
Reprogramadas	0%	0																							
Em andamento	93%	89																							

OBJETIVO ESTRATÉGICO (o que?)	RESPONSÁVEIS	FORMULA DE CALCULO DA META	META 2023	META 2024	META 2025	META 2026	ETAPA/AÇÕES (como?)	RESPONSÁVEL (quem?)	PRAZO DE INICIO (quando)	PRAZO DE TERMINO	NOVO PRAZO PREVISTO	PRAZO REALIZADO	% CONCLUÍDO	% PLANEJADO	STATUS	OBSERVAÇÕES
			RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	6. Avaliar as propostas apresentadas, validando-as ou propondo ajustes;	Arthur e Gláucio	01/11/2023	31/12/2023			0%	0%	●	
							7. Levantar os processos prioritários ainda não otimizados;	Arthur e Gláucio	01/01/2024	28/02/2024			0%	0%	●	
							8. Solicitar às chefias a definição de cronograma para a apresentação de propostas de otimização dos processos restantes;	Arthur e Gláucio	01/03/2024	31/05/2024			0%	0%	●	
							9. Acompanhar o cumprimento do cronograma, avaliando as propostas apresentadas e prestando o suporte e as informações necessárias.	Arthur e Gláucio	01/06/2024	31/12/2024			0%	0%	●	
CONHECIMENTO CGE Desenvolver modelo de gestão do conhecimento	JEINIELE RENATA JULIANNY TI	(Total de etapas realizadas / Total de etapas a serem desenvolvidas) x 100	65%	100%	100%	100%	1. Estudar o processo gestão do conhecimento (benchmarking)	Jeiniele e Renata	01/01/2023	31/03/2023			0%	0%	●	
							2. Identificar e avaliar os dados, as informações e o conhecimento gerado de cada área de negócio da CGE	Jeiniele e Renata	01/04/2023	31/06/2023			0%	0%	●	
							3. Definir o modelo de gestão do conhecimento a ser implantado na CGE	Secretário/Gerentes	01/07/2023	31/07/2023			0%	0%	●	
							4. Desenvolver uma plataforma on line de gestão do conhecimento (ambiente)	Audítores TI / Julianny TI	01/08/2023	31/12/2023			0%	0%	●	
							5. Implantar o modelo de gestão do conhecimento na CGE	Secretário/Gerentes	01/01/2024	31/12/2024			0%	0%	●	
RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	6. Manter o conteúdo do modelo de gestão do conhecimento atualizado e promover melhorias na plataforma	Gerentes setores	01/01/2024	31/12/2024			0%	0%	●				
VALORIZAÇÃO SERVIDOR Estruturar Política de remuneração e promoção do quadro de servidores da CGE	JÚLIO DANIELE JURÍDICO	(Total de servidores da CGE com Política de remuneração e promoção / Total de servidores da CGE) x 100	40%	60%	80%	100%	1. Realizar diagnóstico da situação do atual quadro de servidores no que tange a relação entre cargos, funções e remuneração.	JÚLIO DANIELE	01/01/2023	31/12/2023			0%	0%	●	possibilidade de reforma administrativa em 2023
							2. Realizar ações de melhoria a partir do diagnóstico realizado.	JÚLIO DANIELE	01/01/2023	31/12/2026			0%	0%	●	possibilidade de reforma administrativa em 2023
							3. Avaliar pertinência de elaboração de projeto de lei visando corrigir eventuais discrepâncias do quadro de pessoal da CGE	JÚLIO DANIELE	01/01/2023	31/12/2023			0%	0%	●	possibilidade de reforma administrativa em 2023
FOCO NO SERVIDOR Definir e implantar política de capacitação, valorização e reconhecimento dos servidores	ADALBERTO Danilo MAYARA	Pesquisa de Satisfação junto aos Servidores da CGE Pergunta 1: "Como você avalia, de 0 a 10, sua satisfação com a política de capacitação da CGE?" Pergunta 2: "Como você avalia, de 0 a 10, sua satisfação com a política de valorização da CGE?" Pergunta 3: "Como você avalia, de 0 a 10, sua satisfação com a política de reconhecimento da CGE?"	3	4	6	8	1. Diagnóstico da situação de capacitação por competências dos servidores da CGE.	Adalberto MAYARA	04/10/2022	14/10/2022		14/10/2022	100%	100%	●	
							2. Diagnóstico da situação de valorização e reconhecimento dos servidores na CGE.	Adalberto MAYARA	04/10/2022	14/10/2022		14/10/2022	100%	100%	●	
							3. Levantamento das necessidades de valorização e reconhecimento dos servidores	Adalberto MAYARA	04/10/2022	14/10/2022		14/10/2022	100%	100%	●	FALTA COMITÊ AVALIAR RESULTADOS
							4. Levantamento das necessidades de capacitação por competências	Adalberto MAYARA	01/12/2022	31/03/2023			0%	22%	●	INICIAR COM CURSO SOBRE O ASSUNTO
							5. Definir política de capacitação por competências, incluindo planos de ação	Adalberto MAYARA	01/04/2023	31/08/2023			0%	0%	●	
							6. Definir política de valorização e reconhecimento dos servidores, incluindo planos de ação	Adalberto MAYARA	01/09/2023	31/01/2024			0%	0%	●	
							7. Implantar os planos de ação da política de capacitação	Adalberto MAYARA	01/01/2023	31/12/2026			0%	0%	●	
RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	RESULTADO	8. Implantar os planos de ação da política de valorização e reconhecimento dos servidores	Adalberto MAYARA	01/01/2023	31/12/2026			0%	0%	●				
FOCO NO SERVIDOR Fortalecer e Consolidar a cultura CGE a partir dos seus valores	MIKAELE TARSILLA	Pesquisa de Valores 360 Graus (a ser aplicada todo mês de dezembro) Avaliações (média aritmética das 4 avaliações abaixo) > Autoavaliação > Avaliação do Chefe	5	6	7	8	1. Comunicação dos valores institucionais para os servidores da CGE	MIKAELE TARSILLA	01/01/2023	28/02/2023			0%	0%	●	AVALIAR TRABALHO ANTERIOR DAYANE
							2. Preparação do formato da pesquisa de valores e da forma de aplicação	MIKAELE TARSILLA	01/11/2022	30/11/2022			100%	100%	●	
							3. Aplicação da pesquisa de valores	MIKAELE TARSILLA	01/12/2022	15/12/2022			100%	100%	●	
							4. Avaliação dos resultados da pesquisa de valores	MIKAELE TARSILLA	01/01/2023	31/01/2023			0%	0%	●	
							5. Estabelecimento do processo contínuo de melhoria da internalização dos valores pelos servidores	MIKAELE TARSILLA	01/05/2023	31/12/2026			0%	0%	●	

STATUS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CGE - 2019-2022

OBJETIVO ESTRATÉGICO	NOME	STATUS
Ampliar e prover à sociedade de informações que possibilitem o exercício do Controle Social	CGE E VC	AÇÃO CONTÍNUA - MONITORAMENTO E FOMENTO TRANSPARÊNCIA
Capacitar as partes interessadas nos processos vinculados à CGE	CAPACITAR PARA MELHORAR	AÇÃO CONTÍNUA - PANDEMIA AFETOU A IMPLEMENTAÇÃO PLENA
Estimular <u>integração entre a CGE e outros Órgãos e Poderes</u>	CGE INTEGRADA	CONCLUÍDO
Contribuir para ampliar a capacidade de investimento do Governo do Estado	INVESTE PARAÍBA	AÇÃO CONTÍNUA - APROVADO NÚMERO RECORD DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(2019-2022)
Conscientizar e apoiar a administração estadual para a importância da implementação do Sistema de Controle Interno Integrado para o Estado	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO INTEGRADO	CONCLUÍDO
Assessorar(FACILITAÇÃO) e orientar os Órgãos nos processos de governança, controle e gestão de riscos para auxiliar no cumprimento de seus objetivos institucionais	APOIO GOVERNANÇA	AÇÃO CONTÍNUA - AVANÇO NA PARTICIPAÇÃO DA CGE NO DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E NO PROCESSO GOVERNANÇA

STATUS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CGE - 2019-2022

OBJETIVO ESTRATÉGICO	NOME	STATUS
Divulgar as atribuições e os resultados das ações da CGE (Via Redes Sociais)	PARCERIA CGE	NÃO INICIADO (PROJETO SUSPENSO EM DECORRÊNCIA PANDEMIA)
Criar mecanismos que favoreçam o atendimento das diretrizes e recomendações da CGE	PARA ATENDER	NÃO INICIADO (PROJETO SUSPENSO EM DECORRÊNCIA PANDEMIA - REQUER EVENTOS PRESENCIAIS - INTENSA INTERAÇÃO GESTORES)
Aprimorar a comunicação e integração interna	FALA COMIGO	NÃO INICIADO (PROJETO REQUER INVESTIMENTOS em T.I - PROFISCO)
Viabilizar sede própria.	NOVA SEDE	CONCLUÍDO
Desenvolver e manter sistemas de informação eficientes e integrados internamente e na relação com outros da administração pública	STI INTEGRADA	NÃO INICIADO (DEPENDE RECURSOS PROFISCO E EVOLUÇÃO SIAFI)
Ampliar a captação dos recursos orçamentários e financeiros	AMPLIAR PARA AVANÇAR	AÇÃO CONTÍNUA (RECURSOS EXTRAS OBTIDOS VIA AÇÕES NO PSH- PROFISCO - PARAÍBA RURAL. FUNDO MULTAS LICITAÇÕES IMPLEMENTADO)

STATUS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CGE - 2019-2022

OBJETIVO ESTRATÉGICO	NOME	STATUS
Mapear e otimizar os processos da CGE	OTIMIZAR PARA AVANÇAR	NÃO CONCLUSO
Estruturar e impenentar matriz de atribuições e responsabilidades	MAIS E MELHOR	CONCLUÍDO
Desenvolver modelo de gestão do conhecimento	CONHECIMENTO CGE	NÃO INICIADO (PROJETO SUSPENSO EM DECORRÊNCIA PANDEMIA - REQUER EVENTOS PRESENCIAIS E FERRAMENTA A SER ADQUIRIDA)
Estruturar Política de remuneração e promoção do quadro de servidores da CGE	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	NÃO INICIADO (PROJETO DEPENDE REFORMA ESTRUTURA RH ESTADO)
Definir e implantar política de capacitação, valorização e reconhecimento dos servidores	FOCO NO SERVIDOR	NÃO INICIADO (PROJETO SUSPENSO EM DECORRÊNCIA PANDEMIA - REQUER EVENTOS PRESENCIAIS E FERRAMENTA A SER ADQUIRIDA)
Fortalecer e Consolidar a cultura CGE a partir dos seus valores	NOSSO VALOR	NÃO INICIADO (PROJETO SUSPENSO EM DECORRÊNCIA PANDEMIA - REQUER EVENTOS PRESENCIAIS)



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

